

62ª Assembleia Geral Ordinária
96ª Assembleia Geral Extraordinária

Proposta da Administração

Sumário Executivo

1. Informação sobre a Remuneração dos Administradores	04
2. Proposta aos acionistas sobre a remuneração dos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal	20
3. Proposta aos acionistas sobre a fixação dos valores a serem alocados no FUNDECI	21
4. Parecer do Conselho Fiscal sobre distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	22
5. Parecer do Conselho Fiscal sobre aumento de Capital Social	23
6. Proposta aos acionistas sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2014, constituição de reservas legal e estatutária e distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	24
7. Proposta aos acionistas sobre a Modificação do Capital Social em decorrência de Incorporação de Reserva Estatutária, sem emissão de novas ações	30
8. Proposta aos acionistas sobre a Alteração do Art. 6º do Estatuto Social, com vistas à incorporação de reservas para aumento do Capital Social, sem emissão de novas ações, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.....	32
9. Formulário de Referência e currículo dos candidatos ao Conselho de Administração.....	34
10. Formulário de Referência e currículo dos candidatos ao Conselho Fiscal ...	40
11. Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da companhia	47

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos¹:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Remunerar adequadamente os administradores, de forma compatível com o seu mercado e com as disponibilidades da empresa, observando os limites fixados pelo Órgão controlador, por se tratar de empresa de economia mista com controle acionário do Governo Federal.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Há cinco colegiados estatutários, responsáveis pela administração, fiscalização e assessoramento da empresa, remunerados na forma a seguir:

DIRETORIA EXECUTIVA (Presidente e Diretores):

- Honorários – verba representativa do pró-labore;
- Garantia de Irredutibilidade – destina-se a garantir a diferença entre a remuneração da origem, no caso de dirigente cedido, quando maior que a da entidade cessionária;
- Gratificação Natalina – destina-se a repassar aos diretores gratificação similar à paga aos demais trabalhadores a título de 13º salário;
- Adicional de Férias – destina a atender o teor do inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;
- Abono Pecuniário de Férias – conversão de férias em pecúnia, opcional, se de interesse do dirigente;
- Auxílio Alimentação – verba destinada a subsidiar a alimentação do trabalhador;
- Seguro de Vida – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente na apólice de seguro de vida em grupo substabelecida pela empresa para todos os trabalhadores;
- Assistência Médica e Previdenciária – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente em plano de assistência médica ou de previdência mantido pela empresa;
- Auxílio Moradia – verba destinada ao ressarcimento de aluguel de imóvel residencial para os dirigentes não proprietários de imóveis no município sede da empresa.
- Participação nos Lucros ou Resultados – é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembléia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à diretoria estatutária.
- INSS – contribuição patronal para a Previdência Social.
- FGTS – contribuição patronal para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recolhida em conta vinculada em favor do dirigente.
- Remuneração por impedimento (quarentena) - pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva.
- Auxílio Transferência - corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL:

- Honorários – destina-se a remunerar a participação dos conselheiros em reunião mensal desses colegiados.

¹ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

COMITÊ DE AUDITORIA:

- Honorários – destina-se a remunerar o trabalho dos membros do comitê por seu assessoramento permanente ao Conselho de Administração; e
- Gratificação Natalina – destina-se a repassar aos membros do Comitê gratificação similar à paga aos demais trabalhadores a título de 13º salário.

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO:

- Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para este Comitê.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Proporção de cada parcela na remuneração total por órgão.

Remuneração	Proporção (%)
DIRETORIA EXECUTIVA (I)	100,00
remuneração fixa	
Honorários	0,3491
Garantia de Irredutibilidade	0,0016
Gratificação Natalina	0,0291
Adicional de Férias	0,0097
Abono Pecuniário de Férias	0,0129
Auxílio Alimentação	0,0085
Seguro de Vida	0,0006
Auxílio Moradia	0,0154
INSS	0,1094
FGTS	0,0310
remuneração variável	
Participação nos Lucros ou Resultados	0,0906
benefícios pós-emprego	
Caixa Médica e de Previdência	0,0511
<i>benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	
Quarentena	0,1746
Auxílio Transferência	0,1164
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	100,00
Honorários	100,00
CONSELHO FISCAL (III)	100,0
Honorários	100,00

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é definido anualmente, por proposta do Órgão controlador, por ocasião da Assembléia Geral Ordinária, para vigor de Abril do ano corrente a Março do ano seguinte. A remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global, embora siga a mesma metodologia. Abaixo, a descrição da metodologia de cálculo e de reajuste de cada elemento da remuneração:

- Honorários – definida anualmente, a partir de proposta do Órgão controlador da empresa em voto do seu representante na Assembléia Geral;
- Garantia de Irredutibilidade – definida anualmente, a partir de proposta do Órgão controlador da empresa em voto do seu representante na Assembléia Geral;
- Gratificação Natalina – corresponde a uma vez os honorários de dezembro de cada ano;
- Adicional de Férias – acréscimo de um terço ao valor dos honorários devidos no mês das férias remuneradas dos diretores;
- Abono Pecuniário de Férias – correspondente a um terço dos valores pagos a título de férias;
- Auxílio Alimentação – valor fixado pelo Órgão controlador, anualmente;
- Seguro de Vida – 50% (cinquenta por cento) do prêmio total, calculado atuarialmente;
- Assistência Médica e Previdenciária – no caso da assistência médica, à base de 1,5% (um e meio por cento) do valor dos honorários, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da contribuição devida. Para a previdência, podem ser ressarcidos 50% (cinquenta por cento)

da contribuição vertida pelo dirigente a plano a que esteja associado, fora da empresa ou ao plano de previdência patrocinado pelo Banco aprovado em 26/03/2010 pela PREVIC; e

- Auxílio Moradia – valor do aluguel, limitado a R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), na forma do Decreto 3.255, de 19/11/1999.

- Participação nos Lucros ou Resultados – O valor é definido pelo órgão controlador, que a submete à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas, a cada ano. A distribuição obedece ao alcance de metas corporativas (definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, nas mesmas bases fixadas para os empregados), individuais e por diretoria específica, exigindo-se o alcance mínimo de 80% de cada indicador. Os indicadores e as metas para 2013, que balizam a distribuição, estão registradas no Item 13.1 “c”

- INSS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), com base na aplicação de percentuais definidos na Lei 8.212.

- FGTS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), à base de 8%, conforme art. 16 da Lei 8.036/90, de 11/05/1990.

- Remuneração por impedimento (quarentena) – Lei - pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, por até 6 meses, conforme Lei 12.813, de 16/05/2013.

- Auxílio Transferência – corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, igual a duas vezes o valor dos Honorários, para os membros da Diretoria Executiva que antes de iniciarem seus mandatos residam fora da sede do Banco e para lá retornem ao final deste, conforme assegurado na Resolução 2.565, de 21/05/1973, da Diretoria do Banco.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do conselho de administração, da diretoria executiva e do conselho fiscal tem sua composição definida pelo órgão controlador, que a submete à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas. A remuneração do comitê de auditoria é definida no Estatuto Social da empresa e no regimento interno desse comitê, aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas por proposta do conselho de administração. Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para o comitê de remuneração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há programa de remuneração do conselho de administração, do conselho fiscal ou do comitê de auditoria baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial. O comitê de remuneração não tem previsão estatutária de qualquer tipo de retribuição.

A diretoria executiva percebe Participação nos Lucros ou Resultados, a depender do alcance de metas por indicadores. O programa de 2014, para distribuição em 2015, prevê 3 níveis de avaliação, a saber:

Avaliação Individual:

Envolvimento Estratégico (EE) - Dado pelo cumprimento da variável Gestão do Plano de Iniciativas de cada uma das unidades componentes das Áreas da Diretoria Específica no exercício. Essa avaliação recebeu como meta para o exercício de 2014 o cumprimento de 90% do Plano de Iniciativas, com peso 0,10.

Avaliação das diretorias específicas:

Diretoria Específica	Indicadores	Medida	Meta	Peso
Presidência	Condução Institucional (CI)	%	100	0,10
Diretoria de Estratégia, Administração e TI	<i>Abertura de novas Agências (AG)</i>	Qtde.	48	0,10
Diretoria de Desenvolvimento Sustentável e Microfinanças	Contratação de FNE Agricultura Familiar (FNE-AgF)	R\$ milhões	2.115	0,10
Diretoria de Controle e Risco	<i>Certificação da Conformidade das Propostas de Renegociação de Dívidas (CRD)</i>	dias	5	0,10
Diretoria de Ativos de Terceiros	Captação de Recursos – Fundos de Investimentos (FI)	R\$ milhões	2.850	0,10
Diretoria Financeira e de Crédito	Regularização de Dívidas (RD)	R\$ milhões	2.500	0,10
Diretoria de Negócios	Contratação de FNE – MPE, MPPR e Pequeno-Médio (FNE-P/M)	R\$ milhões	4.565	0,10

Avaliação Corporativa:

- Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (IRPL) - Lucro Líquido do período de referência, antes da participação dos empregados, sobre o Patrimônio Líquido do final do exercício anterior;
- Índice de Eficiência (IEf) – somatório das Receitas de Prestação de Serviços (excluídas a taxa de administração do FNE e as receitas de tarifas sobre análise e contratação de operações do FNE) sobre o somatório das Despesas de Pessoal (excluem-se as despesas de provisões reconhecidas em cumprimento da Deliberação CVM 371, de 13/12/2000) e Outras Despesas Administrativas, referentes ao período de referência.
- Captação de Recursos (CR) – somatório das captações com os seguintes produtos: “Fundos de Investimento–Varejo”; “Depósitos à Vista” (excluído depósito do FINOR); “Depósitos a Prazo”; “Depósitos para Reinvestimento”; e “Depósitos de Poupança”.
- Aplicação em Crédito Comercial (CC) – somatório das aplicações nos seguintes segmentos: “Contas Garantidas”; “Capital de Giro”; “Microcrédito” (CREDIAMIGO); “Crédito Direto ao Consumidor”; “Títulos Descontados”; “Crédito Documentário de Importação”; “Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio”; “Adiantamentos sobre Contrato de Exportação”; e “Beneficiários de Garantias Prestadas”.
- Qualidade do Crédito (QC) = participação percentual do somatório dos saldos de operações de crédito sujeitas a risco do Banco (incluído o saldo das operações do FNE contratadas com risco compartilhado) classificadas nos níveis “AA”, “A”, “B” e “C”, previstos na Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, no saldo total das operações de crédito sujeitas a risco do Banco (incluído o saldo das operações do FNE contratadas com risco compartilhado).
- Avaliação CGPAR (AC) – avaliação efetuada pelo Conselho de Administração, com base na Resolução CGPAR nº 3, de 31/12/2010.

Para o exercício de 2014 foram propostas as seguintes metas para os indicadores corporativos:

- IRPL = 10,8% (dez vírgula oito por cento).
- IEf = 22,9% (vinte e dois vírgula nove por cento).
- CR = R\$ 12.154 milhões (doze bilhões, cento e cinquenta e quatro milhões), na posição 31.12.2014.
- CC = Saldo de R\$ 5.948 milhões (cinco bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões), na posição 31.12.2014;
- QC = 87,2% (oitenta e sete vírgula dois por cento) na posição de 31.12.2014.
- AC – nota 08.

Os indicadores de desempenho acima receberão, cada um, uma pontuação decorrente do alcance da meta. A pontuação será atribuída em conformidade com a tabela abaixo

<i>Alcance da Meta do Indicador de Desempenho</i>	<i>Pontuação do Indicador</i>
≥ 100%	100
< 100% e ≥ 99%	99
< 99% e ≥ 98%	98
< 98% e ≥ 97%	97
< 97% e ≥ 96%	96
< 96% e ≥ 95%	95
< 95% e ≥ 90%	75
<90% e ≥ 80%	50
<80%	0

Cálculo do Valor Individual da PLR

Σ (% aplicado ao indicador i x peso i) x limite máximo, em que:

- “i” denota o indicador respectivo;
- “% aplicado ao indicador” encontra-se definido no Quadro de Pontuação de Indicadores e aplicado no Quadro de Avaliação Corporativa, em função do percentual de alcance da meta;
- “Peso” encontra-se definido em cada Quadro de Avaliação; e
- O limite máximo equivale a 3,0X honorários do diretor, respeitado, no conjunto de todas as Diretorias, o limite de 1% do Lucro Líquido, o que for menor.

Complementarmente ao Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), acima descrito, será permitido pagamento de parcela adicional pela extrapolação média das metas Corporativas, correspondente a até 2 honorários e medido na forma da tabela abaixo:

Cumprimento de cada meta	Situação	Bônus
> 120%	Extrapolação	50%
≤ 120 e > 110%		20%
≤ 110% e > 105%		10%
≤ 105% e > 104%	Margem de tolerância superior	5%
≤104% e > 103%		4%
≤ 103% e > 102%		3%
≤ 102% e > 101%		2%
≤ 101% e > 100%		1%
= 100%		-

Cálculo da parcela adicional:

$[\Sigma \text{ excedente (i) / n}^\circ \text{ de indicadores}] \times \text{limite da PLR}$, em que:

Σ denota o somatório;

“i” denota o indicador respectivo;

excedente (i) denota o percentual de cumprimento da meta apurada que supera o alcance de 100% (cem por cento) do valor pactuado;

nº de indicadores se refere ao total de indicadores estabelecidos pela empresa;

limite da PLR é o quantitativo de honorários referido no regulamento geral da PLR dos dirigentes.

O Programa de Participação nos Lucros ou Resultados do exercício de 2015, para distribuição em 2016, prevê o alcance de metas por indicadores, também em 3 níveis de avaliação, a saber:

- 1) Individual - a ser aplicada pelo Conselho de Administração para o Presidente e pelo Presidente para os demais diretores executivo;
- 2). Avaliação das Diretorias Específicas:

INDICADOR	MEDIDA	META
Presidência CI - Condução Institucional	%	100
Diretoria de Administração e TI TAB - Empregados com Trilha de Atendimento Bancário concluída	%	20
Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (FNE-Municípios) - Municípios da área de atuação do Banco atendidos com aplicações FNE-não PRONAF/AGROAMIGO	%	89
Diretoria de Controle e Risco CRD - Certificação CRD	dias	3,00
Diretoria de Ativos de Terceiros FI - Captação de Recursos - Fundos de Investimentos	R\$ mil	2.587.980
Diretoria Financeira e de Crédito RD - Regularização de Dívidas	R\$ mil	2.566.184
Diretoria de Negócios FNE-AgF/MPME - Contratação de FNE - Agricultura Familiar, MPE, MPPR e Pequeno-Médio	R\$ mil	6.755.971

3) Avaliação Corporativa.

- a) Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (IRPL) - Lucro Líquido do período de referência, antes da participação dos empregados, sobre o Patrimônio Líquido do final do exercício anterior;
- b) Índice de Eficiência (IEf) – somatório das Receitas de Prestação de Serviços (excluídas a taxa de administração do FNE e as receitas de tarifas sobre análise e contratação de operações do FNE) sobre o somatório das Despesas de Pessoal (excluem-se as despesas de provisões reconhecidas em cumprimento da Deliberação CVM 371, de 13/12/2000) e Outras Despesas Administrativas, referentes ao período de referência.
- c) Captação de Recursos (CR) – somatório das captações com os seguintes produtos: “Fundos de Investimento–Varejo”; “Depósitos à Vista” (excluído depósito do FINOR); “Depósitos a Prazo”; “Depósitos para Reinvestimento”; e “Depósitos de Poupança”.
- d) Aplicação em Crédito Comercial (CC) – somatório das aplicações nos seguintes segmentos: “Contas Garantidas”; “Capital de Giro”; “Crédito Direto ao Consumidor”; “Títulos Descontados”; “Crédito Documentário de Importação”; “Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio”; “Adiantamentos sobre Contrato de Exportação”; e “Beneficiários de Garantias Prestadas”.
- e) Aplicações do Crediamigo (CRMG) – operações contratadas, em 2015, contemplando os clientes do microcrédito (CREDIAMIGO);
- f) Qualidade do Crédito (QC) = participação percentual do somatório dos saldos de operações de crédito sujeitas a risco do Banco (incluído o saldo das operações do FNE contratadas com risco compartilhado) classificadas nos níveis “AA”, “A”, “B” e “C”, previstos na Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, no saldo total das operações de crédito sujeitas a risco do Banco (incluído o saldo das operações do FNE contratadas com risco compartilhado).
- g) Avaliação CGPAR (AC) – avaliação efetuada pelo Conselho de Administração, com base na Resolução CGPAR nº 3, de 31/12/2010.

Para a Diretoria de Controle e Risco não se aplicam os indicadores de rentabilidade (IRPL), Captação (CR), Crédito Comercial (CC) e Crediamigo (CRMG), sendo redistribuídos os pesos para os indicadores de Eficiência (IEF) e aplicação FNE (FNE), ficando cada um com 0,30.

As metas para os indicadores corporativos do Programa de PLR de 2015, a distribuir em 2016, são as seguintes:

- a) IRPL = 18,53% (dezoito vírgula cinquenta e três por cento).
- b) IEf = 84,0% (oitenta e quatro por cento).
- c) CR = R\$ 13.455 milhões (treze bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões), na posição 31.12.2015.
- d) CC = R\$ 4.429 milhões (quatro bilhões, quatrocentos e vinte e nove milhões), na posição 31.12.2015;

- e) CRMG = R\$ 2.978 (dois bilhões, novecentos e setenta e oito milhões), na posição 31.12.2015;
- f) QC = 85,93% (oitenta e cinco vírgula noventa e três dois cento) na posição de 31.12.2015.
- g) AC – nota 08.

Os indicadores de desempenho acima receberão, cada um, uma pontuação decorrente do alcance da meta. A pontuação será atribuída em conformidade com a tabela abaixo

<i>Alcance da Meta do Indicador de Desempenho</i>	<i>Pontuação do Indicador</i>
≥ 100%	100
< 100% e ≥ 99%	99
< 99% e ≥ 98%	98
< 98% e ≥ 97%	97
< 97% e ≥ 96%	96
< 96% e ≥ 95%	95
< 95% e ≥ 90%	75
<90% e ≥ 80%	50
<80%	0

Cálculo do Valor Individual da PLR

Σ (% aplicado ao indicador i x peso i) x limite máximo, em que:

- “i” denota o indicador respectivo;
- “% aplicado ao indicador” encontra-se definido no Quadro de Pontuação de Indicadores e aplicado no Quadro de Avaliação Corporativa, em função do percentual de alcance da meta;
- “Peso” encontra-se definido em cada Quadro de Avaliação; e
- O limite máximo equivale a 4,0X honorários do diretor, respeitado, no conjunto de todas as Diretorias, o limite de 1% do Lucro Líquido, o que for menor.

Complementarmente ao Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), acima descrito, será permitido pagamento de parcela adicional pela extrapolação média das metas Corporativas, correspondente a até 2 honorários e medido na forma da tabela abaixo:

Cumprimento de cada meta	Situação	Bônus
> 120%	Extrapolação	50%
≤ 120 e > 110%		20%
≤ 110% e > 105%		10%
≤ 105% e > 104%	Margem de tolerância superior	5%
≤104% e > 103%		4%
≤ 103% e > 102%		3%
≤ 102% e > 101%		2%
≤ 101% e > 100%		1%
= 100%		-

Cálculo da parcela adicional:

$[\Sigma \text{ excedente (i) / n}^\circ \text{ de indicadores}] \times \text{limite da PLR}$, em que:

Σ denota o somatório;

“i” denota o indicador respectivo;

excedente (i) denota o percentual de cumprimento da meta apurada que supera o alcance de 100% (cem por cento) do valor pactuado;

nº de indicadores se refere ao total de indicadores estabelecidos pela empresa;

limite da PLR é o quantitativo de honorários referido no regulamento geral da PLR dos dirigentes.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não há programa de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal ou do comitê de auditoria baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial. O Comitê de Remuneração não tem previsão estatutária de qualquer tipo de retribuição.

A diretoria executiva percebe Participação nos Lucros ou Resultados, a depender do alcance de metas por indicadores, como descrito no item **13.1.iv.c** acima.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não há nenhuma orientação da Assembléia Geral de Acionistas para a vinculação da remuneração do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal a objetivos de curto, médio ou longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos, para o conselho de administração, diretoria executiva ou conselho fiscal.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, para o conselho de administração, diretoria executiva ou conselho fiscal.

13.2 *Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²:*

a. órgão

b. número de membros

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

▪ *salário ou pró-labore*

▪ *benefícios diretos e indiretos*

▪ *remuneração por participação em comitês*

▪ *outros*

ii. remuneração variável, segregada em:

▪ *bônus*

▪ *participação nos resultados*

▪ *remuneração por participação em reuniões*

▪ *comissões*

▪ *outros*

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações³

² Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

³ Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

- d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária⁴ e do conselho fiscal
 - e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal⁵
-

⁴ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

⁵ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Quadro da Remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, período de 2012 a 2015.

Remuneração	2012	2013	2014	2015
DIRETORIA (I)	2.808.062,70	4.252.852,36	6.181.783,51	9.841.733,35
remuneração fixa	2.565.382,90	3.472.266,07	4.475.414,10	5.583.935,50
Honorários	2.203.749,57	2.979.329,64	3.008.248,95	3.435.815,40
Garantia de Irredutibilidade	0	2.777,47	0,00	16.051,92
Gratificação Natalina	187.869,32	255.380,50	239.374,47	286.317,95
Adicional de Férias	19.374,38	62.545,12	55.973,22	95.439,32
Abono Pecuniário de Férias	46.232,01	53.314,06	115.936,70	127.252,42
Auxílio Alimentação	64.866,84	72.770,40	73.533,67	83.712,72
Seguro de Vida	3.726,04	2.948,88	3.303,96	6.184,47
Auxílio Moradia	39.564,74	43.200,00	34.200,00	151.200,00
INSS	-	-	743.309,24	1.076.555,49
FGTS	-	-	201.533,89	305.405,81
remuneração variável	9.938,25	530.248,35	1.064.994,54	892.130,35
Participação nos Lucros ou Resultados	9.938,25	530.248,35	1.064.994,54	892.130,35
benefícios pós-emprego	232.741,55	250.337,94	307.803,61	502.488,00
Caixa Médica e de Previdência	232.741,55	250.337,94	307.803,61	502.488,00
benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	333.571,26	2.863.179,50
Quarentena	-	-	249.122,84	1.717.907,70
Auxílio Transferência	-	-	84.448,42	1.145.271,80
Número de Membros	7	7	6,83	6
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	206.398,48	260.614,32	261.137,47	434.532,48
remuneração fixa	206.398,48	260.614,32	261.137,47	434.532,48
Honorários	190.267,36	260.614,32	261.137,47	434.532,48
Gratificação Natalina	16.131,12	0	0,00	0
Número de Membros	6	5,75	6	5
CONSELHO FISCAL (III)	203.439,48	250.004,24	249.476,42	362.110,40
remuneração fixa	203.439,48	250.004,24	249.476,42	362.110,40
Honorários	191.341,14	250.004,24	249.476,42	362.110,40
Gratificação Natalina	12.098,34	0	0	0
Número de Membros	6,08	5,58	5,17	5
TOTAL GERAL (I + II + III)	3.217.900,66	4.763.470,92	7.757.391,94	10.638.376,24

OBS: 1. Os valores computados no quadro acima, referentes aos anos de 2012 a 2014 representam a remuneração efetivamente paga no período de janeiro a dezembro, dos três colegiados, incluindo dirigentes substituídos durante o exercício. Diferem, portanto, em metodologia, dos valores de 2015, que se referem ao apresentado no documento Proposta de Remuneração dos Administradores que contempla a remuneração global dos dirigentes do Banco, no caso os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, para o período de abril a março do ano seguinte, aprovada em AGO, conforme preceitua o artigo 152, da Lei 6.404/76. A remuneração do Conselho Fiscal, embora citada a sua metodologia de cálculo, não integra o montante informado naquele documento.

2. A quantidade de membros foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.

3. A remuneração durante o período de impedimento (quarentena) de que trata o item 13.12, a partir do exercício de 2014, integra a Proposta de Remuneração dos Administradores. A partir desse ano, também foram incluídas as verbas garantia de irredutibilidade, auxílio transferência, FGTS e INSS. Os dois últimos embora não sejam remuneração, constam do orçamento autorizativo, por se constituírem encargos. O auxílio transferência também integra o orçamento, embora não seja remuneração, por se constituir despesa quando da transferência para assumir mandato ou ao término deste, se o mandatário residir fora do município sede do Banco.

4. A partir de 2013 a remuneração dos Conselheiros passou se constituir exclusivamente de

honorários, incorporando a parcela de gratificação natalina, à razão de 1/12 por mês.

5. Não há nenhuma orientação da Assembléia Geral de Acionistas para programas de remuneração do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal baseado em ações.

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁶:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d) em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não há previsão de bônus para administradores. A Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembléia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à diretoria executiva. A distribuição da PLR obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, conforme explicado no item 13.1."c"

O valor distribuído é reconhecido no resultado da própria empresa.

Remuneração	Membros	2012	2013	2014	2015
DIRETORIA EXECUTIVA	7	345.884,96	530.248,35	1.064.994,54	892.130,35
Bônus		0	0		
- Valor máximo previsto		0	0		
- Valor mínimo previsto		0	0		
- Valor vinculado a metas		0	0		
- Valor reconhecido no resultado		0	0		
Participação nos Lucros ou Resultados		9.938,25	530.248,35	1.064.994,54	892.130,35
- Valor máximo previsto		9.938,25	530.248,35	1.064.994,54	892.130,35
- Valor mínimo previsto		0	0		
- Valor vinculado a metas		9.938,25	530.248,35	1.064.994,54	892.130,35
- Valor reconhecido no resultado		9.938,25	530.248,35	1.064.994,54	892.130,35
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6	0	0	0	
Bônus		0	0	0	
- Valor máximo previsto		0	0	0	
- Valor mínimo previsto		0	0	0	
- Valor vinculado a metas		0	0	0	
- Valor reconhecido no resultado		0	0	0	
Participação nos Lucros ou Resultados		0	0	0	
- Valor máximo previsto		0	0	0	

⁶ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- Valor mínimo previsto		0	0	0
- Valor vinculado a metas		0	0	0
- Valor reconhecido no resultado		0	0	0
CONSELHO FISCAL	5	0	0	0
Bônus		0	0	0
- Valor máximo previsto		0	0	0
- Valor mínimo previsto		0	0	0
- Valor vinculado a metas		0	0	0
- Valor reconhecido no resultado		0	0	0
Participação nos Lucros ou Resultados		0	0	0
- Valor máximo previsto		0	0	0
- Valor mínimo previsto		0	0	0
- Valor vinculado a metas		0	0	0
- Valor reconhecido no resultado		0	0	0

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- v. termos e condições gerais
- vi. principais objetivos do plano
- vii. forma como o plano contribui para esses objetivos
- viii. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- ix. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- x. número máximo de ações abrangidas
- xi. número máximo de opções a serem outorgadas
- xii. condições de aquisição de ações
- xiii. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- xiv. critérios para fixação do prazo de exercício
- xv. forma de liquidação
- xvi. restrições à transferência das ações
 - xvii. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
 - xviii. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal baseado em ações.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social⁷

POSIÇÃO ACIONÁRIA DE CONSELHEIROS E DIRETORES – na forma da Instrução CVM 358, em 31/12/2010.

Órgão	Qtd. Ações ordinárias	Qtd. Ações Preferenciais
-------	-----------------------	--------------------------

⁷ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

Conselho de Administração	3	0
Conselho Fiscal	13	0
Diretoria Executiva	5	0

As ações detidas pelos conselheiros e diretoria executiva, demonstradas no quadro acima, não se originam de qualquer programa de remuneração baseada em ações.

13.6 *Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁸:*

- a) *órgão*
- b) *número de membros*
- c) *em relação a cada outorga de opções de compra de ações:*
 - i. *data de outorga*
 - ii. *quantidade de opções outorgadas*
 - iii. *prazo para que as opções se tornem exercíveis*
 - iv. *prazo máximo para exercício das opções*
 - v. *prazo de restrição à transferência das ações*
 - vi. *preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:*
 - *em aberto no início do exercício social*
 - *perdidas durante o exercício social*
 - *exercidas durante o exercício social*
 - *expiradas durante o exercício social*
- d) *valor justo das opções na data de outorga*
- e) *diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas*

Não há nenhuma orientação da Assembléia Geral de Acionistas para programas de remuneração do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal baseado em ações.

13.7 *Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁹:*

- a) *órgão*
- b) *número de membros*
- c) *em relação às opções ainda não exercíveis*
 - i. *quantidade*
 - ii. *data em que se tornarão exercíveis*
 - iii. *prazo máximo para exercício das opções*
 - iv. *prazo de restrição à transferência das ações*
 - v. *preço médio ponderado de exercício*
 - vi. *valor justo das opções no último dia do exercício social*
- d) *em relação às opções exercíveis*
 - i. *quantidade*
 - ii. *prazo máximo para exercício das opções*

⁸ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

⁹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- iii. *prazo de restrição à transferência das ações*
- iv. *preço médio ponderado de exercício*
- v. *valor justo das opções no último dia do exercício social*
- vi. *valor justo do total das opções no último dia do exercício social*

Não há nenhuma orientação da Assembléia Geral de Acionistas para programas de remuneração do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal baseado em ações.

13.8 *Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:*

- a) *órgão*
- b) *número de membros*
- c) *em relação às opções exercidas informar:*
 - i. *número de ações*
 - ii. *preço médio ponderado de exercício*
 - iii. *valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas*
- d) *em relação às ações entregues informar:*
 - i. *número de ações*
 - ii. *preço médio ponderado de aquisição*
 - iii. *valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas*

Não há nenhuma orientação da Assembléia Geral de Acionistas para programas de remuneração do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal baseado em ações.

13.9 *Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:*

- a) *modelo de precificação*
- b) *dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*
- c) *método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*
- d) *forma de determinação da volatilidade esperada*
- e) *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Não há nenhuma orientação da Assembléia Geral de Acionistas para programas de remuneração do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal baseado em ações.

13.10 *Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:*

- a) *órgão*
- b) *número de membros*
- c) *nome do plano*
- d) *quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar*
- e) *condições para se aposentar antecipadamente*
- f) *valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores*

- g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A empresa patrocina, a partir de 26/03/2010, plano de previdência ao qual os membros do conselho de administração ou da diretoria executiva podem se associar.

O plano de previdência é em regime de contribuição variável e incorpora todos os institutos previstos na legislação previdenciária, inclusive a opção pelo resgate de contribuições, ao fim do mandato.

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração
Nº membros	5	0
Nome do Plano	Plano CV I – Plano de Contribuições Variáveis, administrado pela CAPEF	-
Membros aptos a se aposentar	0	0
Condições para aposentadoria antecipada	Cumprir carência de 60 contribuições, cfe. alínea I, do art.3º da L.Complementar 108, de 29/05/2001.	-
Valor acumulado de contribuições até o exercício	983.119,32	0
Valor contribuições 2014, descontada a contribuição paga pelos administradores	319.766,90	0
Possibilidade de resgate antecipado	Sim, opcional, desde que encerrado o mandato, por qualquer motivo.	-

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal¹⁰:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) valor da maior remuneração individual
- d) valor da menor remuneração individual
- e) valor médio de remuneração individual

Na tabela abaixo foram demonstrados os valores anuais para os itens pedidos. Os conselhos não têm diferença de remuneração entre seus membros.

Remuneração	2012	2013	2014
DIRETORIA EXECUTIVA (I)			
- maior remuneração individual	443.222,77	642.179,04	954.223,85
- menor remuneração individual	388.561,82	545.150,28	749.993,46
- remuneração média individual anual	401.151,81	607.550,34	905.092,75
Número de Membros	7	7	6,83
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)			
- maior remuneração individual	34.504,30	46.132,41	48.530,19
- menor remuneração individual	34.504,30	46.132,41	48.530,19
- remuneração média individual	34.504,30	45.324,23	43.522,91
Número de Membros	6	5,75	6
CONSELHO FISCAL (III)			
- maior remuneração individual	34.504,30	46.132,41	48.530,19
- menor remuneração individual	34.504,30	46.132,41	48.530,19
- remuneração média individual	34.504,30	44.803,63	48.254,63
Número de Membros	6,08	5,58	5,17

Observações:1. O valor da menor remuneração exclui os membros que exerceram o mandato por menos de 12 meses.

2. O valor da maior remuneração exclui os membros que exerceram o mandato por menos de 12 meses.

3. A quantidade de membros foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.

¹⁰ Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

13.12 *Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor*

O estatuto da empresa assegura ao ex-diretor a remuneração que percebia na empresa, por seis meses, condicionado a não assumir qualquer cargo em empresas do mesmo ramo, concorrentes ou não, ou outras com a qual a empresa mantenha relações de negócios. As despesas são de responsabilidade da empresa, reconhecidas no seu resultado.

13.13 *Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto*

Todas as despesas referidas no quadro do item 13.2 foram reconhecidas no resultado da empresa. No quadro abaixo segue a demonstração dos percentuais de remuneração dos representantes dos controladores em relação à remuneração total, por Órgão.

ÓRGÃO	2012	2013	2013
DIRETORIA EXECUTIVA (I)	-	-	-
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	67%	67%	63%
CONSELHO FISCAL (III)	75%	63%	63%

Observação: Não há membros da Diretoria Executiva que sejam partes relacionadas ao controlador.

13.14 *Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados*

Nenhuma remuneração foi paga a qualquer dos membros do conselho de administração ou da diretoria executiva ou do conselho fiscal por qualquer razão que não a função exercida nesses órgãos, a qualquer título.

13.15 *Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos*

Todas as despesas dos membros do conselho de administração, da diretoria executiva e do conselho fiscal foram reconhecidas no resultado da própria empresa, nada sendo repassado para reconhecimento no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

13.16 *Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes*

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

FIXAÇÃO DO LIMITE GLOBAL DA REMUNERAÇÃO PARA OS DIRIGENTES DO BNB,
REFERENTE AO PERÍODO DE ABRIL DE 2015 A MARÇO DE 2016

Senhores Acionistas,

Os incisos V e VI do artigo 9º do Estatuto Social, estabelecem que compete à Assembleia Geral fixar os honorários dos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Assim, de acordo com as diretrizes do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST propõe-se que seja fixada a remuneração global dos administradores do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), referente ao período de abril de 2015 a março de 2016, para de R\$ R\$10.276.265,84 (dez milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), definindo-se que, para a Diretoria, estão incluídos honorários mensais, gratificação de natal (13º salário), adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, caixa de assistência médica e de previdência, auxílio moradia, nos termos do Decreto nº 3.255, de 19.11.1999, INSS, FGTS, garantia de irredutibilidade, remuneração por impedimento (quarentena remunerada), auxílio transferência e participação nos lucros ou resultados.

Relativamente à remuneração dos membros do Conselho de Administração e membros efetivos do Conselho Fiscal, para o período acima, se propõe a fixação dos honorários mensais em um décimo do que, em média mensal, couber aos membros da Diretoria, incluída a parcela mensal de 1/12 correspondente à incorporação da Gratificação Natalina (13º salário), excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, caixa de assistência médica e de previdência, auxílio moradia, garantia de irredutibilidade, remuneração por impedimento (quarentena remunerada), auxílio transferência e participação nos lucros ou resultados, ressalvando-se que a remuneração somente é devida ao membro suplente do Conselho Fiscal no mês em que este comparece a reuniões do Conselho, em conformidade com o que determina a Lei nº 9.292/96.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 31 de Março de 2015

DE ACORDO (Diretoria e Conselho de Administração):

FIXAÇÃO DO VALOR A SER ALOCADO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-FUNDECI

Srs. Acionistas,

*Consta da programação anual do Banco ação de apoio a projetos de pesquisas econômicas, sociais e tecnológicas operacionalizadas através do **Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI**, pioneiro no fomento à pesquisa e à difusão de tecnologias direcionadas às atividades produtivas da área de atuação do Banco.*

Para o exercício de 2015, propõe-se a alocação do valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza(CE), 31 de março de 2015

DE ACORDO

(Diretoria e Conselho de Administração):

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, manifesta-se favoravelmente à distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, referentes ao exercício de 2014, no valor de R\$ **249.381.769,17**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	R\$ 1,00
Especificação	31.12.2014
1. Lucro Líquido do Exercício	747.350.025,06
2. Menos: Reserva Legal Constituída	37.367.501,25
3. Mais: Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	723.775,99
4. Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo de dividendos e JCP)	710.706.299,80
5. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) propostos no exercício.....	152.551.000,00
6. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	452.013,29
7. JCP Líquidos imputados aos Dividendos (item 5 - item 6).....	152.098.986,71
8. JCP Antecipados corrigidos pela taxa SELIC	77.769.359,88
9. JCP Complementares (item 5 - item 8).....	74.781.640,12
10. Dividendos propostos no exercício	96.830.769,17
11. Dividendos antecipados corrigidos pela taxa SELIC.....	34.864.454,82
12. Dividendos Complementares (item 10- item 11).....	61.966.314,35
13 Total dos Dividendos e JCP Complementares (item 9 + item 12)	136.747.954,47
- JCP complementar de R\$ 0,865814201 por ação.....	74.781.640,12
- Dividendo complementar de R\$ 0,717439667 por ação.....	61.966.314,35
14. Total de Dividendos e JCP do exercício (item 5 + item 10)	249.381.769,17
- JCP de R\$ 1,766219917 por ação	152.551.000,00
- Dividendos de R\$ 1,121096768 por ação	96.830.769,17
15. JCP Líquido de IR(imputados aos Dividendos) + Dividendos em relação ao Lucro Líquido Ajustado [(item 7 + item 10)/(item 4)] em %	35,02
16. Total de JCP + Dividendos em relação ao Lucro Líquido Ajustado [(item 5 + item 10)/(item 4)] em %	35,09

Fortaleza (CE), 6 de fevereiro de 2015.

CONSELHO FISCAL

André Proite
Presidente

Maria Teresa Pereira de Lima
Conselheira

Manuel dos Anjos Marques Teixeira
Conselheiro

Raimundo Lourival de Lima
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aumento do Capital Social em Decorrência de Incorporação de Reservas Estatutárias

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, manifesta-se favoravelmente à incorporação ao Capital Social de R\$ 462.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois milhões de reais) de Reservas Estatutárias, sem distribuição de novas ações, consoante previsto no artigo nº 169 da Lei nº 6.404/76. O Capital Social do Banco do Nordeste do Brasil S.A. passará de R\$ 2.844.000.000,00 (dois bilhões, oitocentos e quarenta e quatro milhões de reais) para R\$ 3.306.000.000,00 (três bilhões trezentos e seis milhões de reais).

Fortaleza (CE), 06 de fevereiro de 2015.

CONSELHO FISCAL

André Proite
Presidente

Maria Teresa Pereira de Lima
Conselheira

Manuel dos Anjos Marques Teixeira
Conselheiro

Raimundo Lourival de Lima
Conselheiro

**Informações sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2014,
Constituição de Reservas Legal e Estatutária e distribuição de Dividendos e Juros
sobre o Capital Próprio, nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de
17.12.2009**

1. Informar o lucro líquido do exercício

- O Lucro líquido do Exercício de 2014 foi de R\$ 747.350.025,06

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Descrição	Montante em R\$	Valor por Ação
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	152.551.000,00	R\$ 1,766219917
Dividendos	96.830.769,17	R\$ 1,121096768
Total	249.381.769,17	R\$ 2,887316685

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Descrição	Valor - R\$	Percentual
Lucro Líquido do exercício	747.350.025,06	-
Reserva Legal	37.367.501,25	-
Reserva de Reavaliação realizada	723.775,99	-
Base de Cálculos dos Dividendos e JCP	710.706.299,80	-
Dividendos pagos e a pagar	96.830.769,17	-
Valor bruto dos JCP pagos e a pagar	152.551.000,00	-
Total bruto de Dividendos e JCP	249.381.769,17	35,09
Imposto de Renda na fonte sobre JCP	452.013,29	-
Valor líquido de Dividendos e JCP	248.929.755,88	35,02

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

- No exercício, não há distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Descrição (*)	Montante em R\$	Valor por Ação
JCP complementares do exercício	74.781.640,12	R\$ 0,865814201
Dividendos complementares do exercício	61.966.314,35	R\$ 0,717439667
Total	136.747.954,47	R\$ 1,583253868

(*) O Capital Social do Banco é representado, na sua totalidade, por ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

- serão pagos em até 15 dias úteis após a aprovação na AGO/E convocada para 31.03.2015, da seguinte forma:

i) por crédito em conta corrente do acionista;

ii) por caixa; e

iii) sobre as ações custodiadas, serão pagos à BM&F BOVESPA, que os repassará aos acionistas titulares, por intermédio das corretoras depositantes.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

- Os dividendos e juros sobre o capital próprio complementares serão pagos acrescidos de encargos financeiros à base da variação da taxa SELIC, da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

- 31 de março de 2015.

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que:

. as ações negociadas até 31.03.2015 farão jus aos Dividendos e JCP complementares declarados; e

. a partir de 01.04.2015, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados “ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio”.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

- Juros sobre o Capital Próprio (JCP) 1º semestre/2014: R\$ 74.957.000,00

- Dividendos 1º semestre/2014: R\$ 33.603.657,58

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

- 28 de agosto de 2014

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Especificação	Em R\$			
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Montante do Lucro Líquido	747.350.025,06	360.356.864,39	508.363.303,82	314.799.260,60
Lucro Líquido por ação	8,65	4,14	5,84	3,62

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Especificação	Em R\$		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Montante de Dividendos	112.180.514,13	58.388.056,95	95.699.618,04
Dividendos por ação ordinária	1,298814549	0,642734712	1,053459726
Dividendos por ação preferencial (*)	-	0,707008184	1,158805699
Montante de JCP	117.818.702,31	132.273.000,00	73.526.410,90
JCP por ação ordinária	1,364092917	1,456058877	0,809377449
JCP por ação preferencial (*)	-	1,601664764	0,890315193

(*) No 2º semestre de 2013, as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial, conforme aprovado em reunião da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23.08.2013. Para efeito de comparação, por exercício, os dividendos e JCP pagos às ações preferenciais no 1º semestre de 2013 foram somados aos Dividendos e JCP pagos às ações ordinárias em 2013.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

- O montante destinado à Reserva Legal foi de R\$ 37.367.501,25.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

- A constituição da reserva legal está prevista no estatuto do Banco, em conformidade com o que determina o Artigo 193, da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido até que alcance 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da reserva legal era de R\$ 185.438.986,31, o que equivalia a aproximadamente 6,5% do capital integralizado do Banco na mesma data.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

- O Banco não possui ações preferenciais

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

- O Banco não possui ações preferenciais

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
 - O Banco não possui ações preferenciais
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
 - O Banco não possui ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
 - O Banco não possui ações preferenciais

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
 - 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, no mínimo, para pagamento de dividendos.
- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
 - O Banco está pagando acima do mínimo previsto no estatuto.
- c. Informar o montante eventualmente retido
 - O Banco não possui dividendos retidos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
 - O Banco não possui dividendos retidos.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
 - O Banco não possui dividendos retidos.
- c. Justificar a retenção dos dividendos
 - O Banco não possui dividendos retidos.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

- Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

- Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

- Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

- Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

- Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

- Em consonância com a legislação, o Artigo 61 do Estatuto Social estabelece a destinação do saldo do lucro líquido, verificado após todas as distribuições estatutárias, ficando limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social.

b. Identificar o montante destinado à reserva

- No exercício de 2014, foi destinado o montante de R\$ 461.324.530,63.

c. Descrever como o montante foi calculado

- Corresponde ao valor remanescente do resultado de 2014, após a constituição da Reserva Legal e destinação para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

- Não há proposta de retenção de lucros.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

- Não há proposta de retenção de lucros.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

- Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

- Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.

Fortaleza, 31 de março de 2015

De Acordo: Diretoria e Conselho de Administração

De Acordo:

*José Jurandir Bastos Mesquita
Superintendente de Controle Financeiro*

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL EM DECORRÊNCIA DE INCORPORAÇÃO DE RESERVAS, SEM EMISSÃO DE NOVAS AÇÕES.

Senhores Acionistas,

01. Em 31.12.2014, depois da distribuição do resultado, registram-se, no Balanço Patrimonial do Banco, nas rubricas de Reservas de Lucros, os seguintes valores:

Especificação	Valor em R\$
RESERVAS DE LUCROS	647.448.846,78
- Reserva Legal	185.438.986,31
- Reservas Estatutárias	462.009.860,47

02. Assim, a Administração do Banco do Nordeste propõe à Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social do Banco, conforme abaixo:

- Valor do aumento de Capital: **R\$ 462.000.000,00** (quatrocentos e sessenta e dois milhões de reais);
- Capital Social antes do aumento: **R\$ 2.844.000.000,00** (dois bilhões, oitocentos e quarenta e quatro milhões de reais);
- Capital Social após o aumento: **R\$ 3.306.000.000,00** (três bilhões, trezentos e seis milhões de reais);
- O aumento será realizado mediante a incorporação de reservas estatutárias;
- A capitalização dessas reservas estatutárias será feita sem distribuição de novas ações, sendo assim, permanece o capital social representado por **86.371.464** ações ordinárias escriturais sem valor nominal;
- Base Normativa: Artigo 169, da Lei 6.404, de 15.12.1976 e artigo 61, do Estatuto Social do Banco;
- A Proposta de Aumento de Capital está em conformidade com as diretrizes do Plano de Capital para o período 2015 a 2017, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião de 12/12/2014;
- O aumento de capital ora proposto não proporcionará qualquer consequência econômica, tendo em vista que o valor da reserva estatutária incorporada já compõe o Patrimônio Líquido do Banco, o qual, após a capitalização, permanecerá no montante de R\$ **3.367.809.481,47**, ensejando, apenas, alteração no artigo 6º do Estatuto Social, conforme quadro de redações a seguir:

<i>Redação Atual</i>	<i>Redação Proposta</i>
<p>Art. 6º O Capital Social é de R\$ 2.844.000.000,00 (dois bilhões, oitocentos e quarenta e quatro milhões de reais), dividido em 86.371.464 (oitenta e seis milhões, trezentos e setenta e um mil e quatrocentos e sessenta e quatro) ações sem valor nominal, todas elas ordinárias nominativas escriturais, com direito a voto</p>	<p>Art. 6º O Capital Social é de R\$ 3.306.000.000,00 (três bilhões, trezentos e seis milhões de reais), dividido em 86.371.464 (oitenta e seis milhões, trezentos e setenta e um mil e quatrocentos e sessenta e quatro) ações sem valor nominal, todas elas ordinárias nominativas escriturais, com direito a voto.</p>

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2015

De Acordo (Diretoria e Conselho de Administração):

De Acordo

*José Jurandir Bastos Mesquita
Superintendente de Controle Financeiro*

PROPOSTA DE REFORMA PARCIAL DO ESTATUTO SOCIAL
Assembleia Geral Extraordinária

Srs. Acionistas,

Apresentamos à Assembleia Geral Extraordinária proposta de reforma do Art. 6º do Estatuto Social do Banco do Nordeste, de forma a refletir o novo valor do capital social conforme documento anexo.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2015.

De Acordo:
(Diretoria e Conselho de Administração com
base no despacho da PAA sobre o assunto)

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

CNPJ 07.237.373-0001-20

RELATÓRIO COM A PROPOSTA DE REFORMA PARCIAL DO ESTATUTO SOCIAL DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A A SER SUBMETIDA À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Redação atual	Redação proposta / dispositivo correspondente	Justificativas e observações
<i>Art. O Capital Social é de R\$ 2.844.000.000,00 (dois bilhões, oitocentos e quarenta e quatro milhões de reais), dividido em 86.371.464 (oitenta e seis milhões, trezentos e setenta e um mil e quatrocentos e sessenta e quatro) ações sem valor nominal, todas elas ordinárias nominativas escriturais, com direito a voto.</i>	<i>Art. 6º O Capital Social é de R\$ 3.306.000.000,00 (três bilhões, trezentos e seis milhões de reais), dividido em 86.371.464 (oitenta e seis milhões, trezentos e setenta e um mil e quatrocentos e sessenta e quatro) ações sem valor nominal, todas elas ordinárias nominativas escriturais, com direito a voto.</i>	<i>Adequar às novas cifras do capital social, alterado pela incorporação de reservas, sem emissão de novas ações.¹¹</i>

¹¹ Não existem efeitos jurídicos e econômicos.

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Assembleia Geral Ordinária elegerá os membros do Conselho de Administração com mandato até a Assembleia Ordinária de 2018.

1) CANDIDATOS INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, PELO ACIONISTA CONTROLADOR:

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA (representante do Ministério da Fazenda);

DEMETRIUS FERREIRA E CRUZ (representante do Ministério da Fazenda);

FABRICIO DA SOLLER (representante do Ministério da Fazenda);

MARTIM RAMOS CAVALCANTI (representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);

CURRICULOS E FORMULÁRIOS DE REFERÊNCIA

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Idade: 29/05/1975 (38 anos)

Profissão: Servidor Público Federal

CPF: 768.643.671-34

Cargo Eletivo Ocupado: Presidente do Conselho de Administração do BNB

Data da eleição: 31/03/2015

Data da posse: 31/03/2015

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2018

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda

Experiência Profissional

- 01/2011 em diante – Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda. (DAS 101.6)
- 2008 - 2010 – Ministério da Fazenda, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica (DAS 101.5)
- 2007 a 2008 – Ministério da Fazenda, Coordenador Geral de Análise Setorial (DAS 101.4)
- 2006 a 2007 – Ministério da Fazenda, Assessor da Secretaria de Política Econômica para assuntos de política industrial; (DAS 102.4)
- De 2001 a 2006 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Supervisor de Programas na Secretaria de Tecnologia Industrial (DAS 101.2)
- De 2001 a 2002 – União Educacional de Brasília (UNEB), Professor de Economia Internacional e Introdução a Economia no Departamento de Economia
- De 1998 a 2001 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessor na Secretaria de Tecnologia Industrial

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (In CVM nº 480/2009 - Anexo 24 - itens 12.6 a 12.10)

a.	Nome: Dyogo Henrique de Oliveira
b.	Idade: 29/05/1975 – 38 anos.
c.	Profissão: Funcionário Público
d.	CPF ou número do passaporte: 768.643.671-34
e.	cargo eletivo ocupado: Presidente do Conselho de Administração do BNB
f.	data de eleição: 31/03/2015
g.	data da posse: 31/03/2015
h.	prazo do mandato: 3 anos
i.	outros cargos ou funções exercidos no emissor: nihil
j.	indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

Experiência Profissional
<ul style="list-style-type: none"> • 01/2011 em diante – Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda. (DAS 101.6) • 2008 - 2010 – Ministério da Fazenda, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica (DAS 101.5) • 2007 a 2008 – Ministério da Fazenda, Coordenador Geral de Análise Setorial (DAS 101.4) • 2006 a 2007 – Ministério da Fazenda, Assessor da Secretaria de Política Econômica para assuntos de política industrial; (DAS 102.4) • De 2001 a 2006 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Supervisor de Programas na Secretaria de Tecnologia Industrial (DAS 101.2) • De 2001 a 2002 – União Educacional de Brasília (UNEB), Professor de Economia Internacional e Introdução a Economia no Departamento de Economia • De 1998 a 2001 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessor na Secretaria de Tecnologia Industrial.
Condenações: Não possui
Relações Familiares
a. administradores do emissor Não há
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

DEMETRIUS FERREIRA E CRUZ

Idade: 08/02/1975 (40 anos)

Profissão: Antropólogo

CPF: 248.680.188-09

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração do BNB

Data da eleição: 31/03/2015

Data da posse: 31/03/2015

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2018

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Assessoria Especial do Ministro da Fazenda

Experiência Profissional

- Assessoria Especial do Ministro da Fazenda — Brasília/DF — desde 2010
- Assessoria para Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro da Fazenda — Brasília/DF de 2008 a 2010
- Banco da Amazônia S.A. — Belém/PA — de 2008 a 2010 - Membro do Conselho de Administração, órgão de orientação superior do Banco, com atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (In CVM nº 480/2009 - Anexo 24 - itens 12.6 a 12.10)

Nome: DEMETRIUS FERREIRA E CRUZ
Idade: 40 anos
Profissão: Antropólogo
CPF ou número do passaporte: 248.680.188-09
cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração do BNB
data de eleição: 31/03/2015
data da posse: 31/03/2015
prazo do mandato: 3 anos
outros cargos ou funções exercidos no emissor: nihil
indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim
Experiência Profissional <ul style="list-style-type: none">Assessoria Especial do Ministro da Fazenda — Brasília/DF — desde 2010Assessoria para Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro da Fazenda — Brasília/DF de 2008 a 2010Banco da Amazônia S.A. — Belém/PA — de 2008 a 2010 - Membro do Conselho de Administração, órgão de orientação superior do Banco, com atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas.
Condenações: Não possui
Relações Familiares
administradores do emissor Não há
(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

FABRÍCIO DA SOLLER**Idade:** 09/04/1974 (39 anos)**Profissão:** Servidor Público Federal**CPF:** 912.223.979-00**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro do Conselho de Administração do BNB**Data da eleição:** 31/03/2015**Data da posse:** 31/03/2015**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2018**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não há**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador**Currículo:****Atividade Atual**

- Procurador-Geral Ajunto da Fazenda Nacional

Experiência Profissional

- Advogado do Escritório de Advocacia Matter & Boettcher Advogados Associados em 1996 e 1997, na cidade de Porto Alegre/RS.
- Assessor da Secretaria de Governo do Município de Porto Alegre/RS em 1997 e 1998.
- Procurador da Fazenda Nacional desde 1998, na cidade de Brasília.
- Coordenador-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional de 2003 a 2006.
- Procurador-Geral Ajunto da Fazenda Nacional desde janeiro de 2007.
- Conselheiro Titular do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S/A nos mandatos de 2004 a 2007.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC no mandato 2007/2008.
- Conselheiro do Conselho de Administração do Banco da Amazônia S/A de maio de 2009 a abril de 2013.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (In CVM nº 480/2009 - Anexo 24 - itens 12.6 a 12.10)

Nome: Fabricio da Soller
Idade: 39 anos
Profissão: Funcionário Público
CPF ou número do passaporte: 912.223.979-00
cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração do BNB
data de eleição: 31/03/2015
data da posse: 31/03/2015
prazo do mandato: 3 anos
outros cargos ou funções exercidos no emissor: nihil
indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim
Experiência Profissional
<ul style="list-style-type: none">• Advogado do Escritório de Advocacia Matter & Boettcher Advogados Associados em 1996 e 1997, na cidade de Porto Alegre/RS.• Assessor da Secretaria de Governo do Município de Porto Alegre/RS em 1997 e 1998.• Procurador da Fazenda Nacional desde 1998, na cidade de Brasília.• Coordenador-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional de 2003 a 2006.• Procurador-Geral Ajunto da Fazenda Nacional desde janeiro de 2007.• Conselheiro Titular do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S/A nos mandatos de 2004 a 2007.• Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC no mandato 2007/2008.• Conselheiro do Conselho de Administração do Banco da Amazônia S/A de maio de 2009 a abril de 2013.
Condenações: Não possui
Relações Familiares
administradores do emissor Não há
(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

MARTIM RAMOS CAVALCANTI**Idade:** 11/02/1976 (39 anos)**Profissão:** Economista**CPF:** 835.779.201-49**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro do Conselho de Administração do BNB**Data da eleição:** 31/03/2015**Data da posse:** 31/03/2015**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2018**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não há**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador**Currículo:****Experiência Profissional**

- Chefe Adjunto da Assessoria Econômica (Assec) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (09/2008).
- Membro do Conselho de Administração da BNDES Participações S.A (BNDESPAR) de novembro de 2010 a novembro de 2011.
- Assessor na Assessoria Econômica (Assec) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (12/2005 a 09/2008).
- Coordenador de Assuntos Econômicos Financeiros na Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) do Ministério da Fazenda (08/2004 a 11/2005).
- Coordenador de Política Monetária na Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda (06/2003 a 08/2004).
- Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda (08/2001).
- Professor da Faculdade UNEB de 2003 a 2006. Disciplinas: Econometria e Estatística II.
- Professor da Universidade Católica de Brasília - UCB entre 2001 e 2002. Disciplinas: Teoria Macroeconômica I, Teoria Macroeconômica II, Teoria Microeconômica I.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (In CVM nº 480/2009 - Anexo 24 - itens 12.6 a 12.10)

Nome: Martim Ramos Cavalcanti
Idade: 39 anos
Profissão: Economista
CPF ou número do passaporte: 835.779.201-49
cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração do BNB
data de eleição: 31/03/2015
data da posse: 31/03/2015
prazo do mandato: 3 anos
outros cargos ou funções exercidos no emissor: nihil
indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim
Experiência Profissional

- Chefe Adjunto da Assessoria Econômica (Assec) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (09/2008).
- Membro do Conselho de Administração da BNDES Participações S.A (BNDESPAR) de novembro de 2010 a novembro de 2011.
- Assessor na Assessoria Econômica (Assec) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (12/2005 a 09/2008).
- Coordenador de Assuntos Econômicos Financeiros na Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) do Ministério da Fazenda (08/2004 a 11/2005).
- Coordenador de Política Monetária na Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda (06/2003 a 08/2004).
- Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda (08/2001).
- Professor da Faculdade UNEB de 2003 a 2006. Disciplinas: Econometria e Estatística II.
- Professor da Universidade Católica de Brasília - UCB entre 2001 e 2002. Disciplinas: Teoria Macroeconômica I, Teoria Macroeconômica II, Teoria Microeconômica I.

Condenações: Não possui

Relações Familiares

administradores do emissor Não há

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há

(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há

(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há

b. controlador direto ou indireto do emissor Não há

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Assembleia Geral Ordinária elegerá os membros do Conselho Fiscal, efetivo e suplentes, com mandato até a Assembleia Ordinária de 2016.

2) CANDIDATOS INDICADOS AO CONSELHO FISCAL, PELO ACIONISTA CONTROLADOR:

Candidatos (membros efetivos):

ANDRÉ PROITE (representante do Tesouro Nacional);
MARIA TERESA PEREIRA LIMA (representante do Ministério da Fazenda);
MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA (representante do Ministério da Fazenda).

Candidatos (suplentes):

HELANO BORGES DIAS (suplente do representante do Tesouro Nacional);
KÁTIA APARECIDA ZANETTI DE LIMA (suplente do representante do Ministério da Fazenda¹);
MANOEL NAZARENO PROCÓPIO DE MOURA JÚNIOR (suplente do representante do Ministério da Fazenda¹);

CURRICULOS E FORMULÁRIOS DE REFERÊNCIA

André Proite

Idade: 17/07/1980 (33 anos)

Profissão: Analista de Finança e Controle do Tesouro Nacional

CPF: 706.354.801-82

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho Fiscal do BNB

Data da eleição: 31/03/2015

Data da posse: 31/03/2015

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2016

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Analista de Finanças e Controle do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda.
- Gerente da área de Relacionamento Institucional da Dívida Pública Federal.

Experiência Profissional

- Presidente do Conselho Fiscal da empresa BB Aliança (Out/2009).
- Suplente do Conselho Fiscal do BNDESpar (Abril/2009).
- Gerente de Relacionamento Institucional da Dívida Pública do Tesouro Nacional (Fev/2008).
- Gerente Adjunto de Relacionamento Institucional da Dívida Pública do Tesouro Nacional (Fev/2006).
- Professor da Faculdade Serrana de Ensino Superior – Sobradinho- DF (Ago/2003).
- Monitor de Econometria I no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília (Mar/2003).
- Analista de Finanças e Controle do Tesouro Nacional –Brasília –DF (Desde Set/2002).

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (In CVM nº 480/2009 - Anexo 24 - itens 12.6 a 12.10)

Nome: André Proite
Idade: 17/07/1980 – 33 anos.
Profissão: Analista de Finança e Controle do Tesouro Nacional
CPF ou número do passaporte: 706.354.801-82
cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal Titular
data de eleição: 31/03/2015
data da posse: 31/03/2015
prazo do mandato: 1 ano
outros cargos ou funções exercidos no emissor: nihil
indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

Experiência Profissional
<ul style="list-style-type: none"> • Presidente do Conselho Fiscal da empresa BB Aliança (Out/2009). • Suplente do Conselho Fiscal do BNDESpar (Abril/2009). • Gerente de Relacionamento Institucional da Dívida Pública do Tesouro Nacional (Fev/2008). • Gerente Adjunto de Relacionamento Institucional da Dívida Pública do Tesouro Nacional (Fev/2006). • Professor da Faculdade Serrana de Ensino Superior – Sobradinho- DF (Ago/2003). • Monitor de Econometria I no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília (Mar/2003). • Analista de Finanças e Controle do Tesouro Nacional –Brasília –DF (Desde Set/2002).
Condenações: Não possui
Relações Familiares
administradores do emissor Não há
(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

MARIA TERESA PEREIRA LIMA

Idade: 13/03/1959 (54 anos)

Profissão: *Procurador da Fazenda Nacional*

CPF: 520.980.446-15

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho Fiscal do BNB

Data da eleição: 31/03/2015

Data da posse: 31/03/2015

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2016

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Experiência Profissional

- 1997 a 2000 – Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS (RJ) – atuação no jurídico contencioso e consultivo trabalhista, tendo chefiado a área de Direito Coletivo da Empresa, proferindo pareceres institucionais, promovendo, ainda, a coordenação jurídica em todo o Brasil na parte relativa à atuação;
- 2000 (a partir de) – Procuradora da Fazenda Nacional, com atuação na Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que cuida de todos os assuntos societários da União;
- 2001 a 2004 – Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A (Ferrovia Norte-Sul) - Conselheira Fiscal titular, como representante do Tesouro Nacional;
- 2004 a 2006 – Lightpar – Light Participações S/A - Conselheira Fiscal titular, como representante do Tesouro Nacional;
- 2001 a 2011 – Conselheira Fiscal suplente da Caixa Econômica Federal, do Banco da Amazônia S.A. – BASA e do IRB-Brasil Re, tendo exercido a função de membro titular em algumas ocasiões nas referidas instituições;
- 2011 a 2013 – Conselheira Fiscal titular da COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ – CEPISA, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, como representante do Tesouro Nacional.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (In CVM nº 480/2009 - Anexo 24 - itens 12.6 a 12.10)

Nome: <i>MARIA TERESA PEREIRA LIMA</i>
Idade: 13/03/1959 (54 anos)
Profissão: <i>Procurador da Fazenda Nacional</i>
CPF ou número do passaporte: 520.980.446-15
Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal Titular
Data de eleição: 31/03/2015
Data da posse: 31/03/2015
Prazo do mandato: 1 ano
outros cargos ou funções exercidos no emissor:
indicação se foi eleito pelo controlador ou não:
Experiência Profissional
<ul style="list-style-type: none"> • 1997 a 2000 – Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS (RJ) – atuação no jurídico contencioso e consultivo trabalhista, tendo chefiado a área de Direito Coletivo da Empresa, proferindo pareceres institucionais, promovendo, ainda, a coordenação jurídica em todo o Brasil na parte relativa à atuação; • 2000 (a partir de) – Procuradora da Fazenda Nacional, com atuação na Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que cuida de todos os assuntos societários da União; • 2001 a 2004 – Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A (Ferrovia Norte-Sul) - Conselheira Fiscal titular, como representante do Tesouro Nacional; • 2004 a 2006 – Lightpar – Light Participações S/A - Conselheira Fiscal titular, como representante do Tesouro Nacional; • 2001 a 2011 – Conselheira Fiscal suplente da Caixa Econômica Federal, do Banco da Amazônia S.A. – BASA e do IRB-Brasil Re, tendo exercido a função de membro titular em algumas ocasiões nas referidas instituições; • 2011 a 2013 – Conselheira Fiscal titular da COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ – CEPISA, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, como representante do Tesouro Nacional.
Condenações: Não Possui
Relações Familiares
administradores do emissor Não há
(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

Manuel dos Anjos Marques Teixeira**Idade:** 07.06.1945 (68 anos)**Profissão:** Funcionário Público**CPF:** 290.575.407-97**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro do Conselho Fiscal do BNB**Data da eleição:** 31/03/2015**Data da posse:** 31/03/2015**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2016**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não há**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador**Currículo:****Experiência Profissional**

- Consultor-Chefe e Chefe da Divisão de Apuração de Ilícitos Cambiais, no Departamento de Câmbio do Banco Central de Brasil (1977 a 1995)
- Secretário-Executivo do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional CRSFN, no Ministério da Fazenda (1995 a 1997)
- Membro do Conselho Fiscal do Banco BANESPA Leasing (Abril/1999 a Maio/ 2001)
- Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Piauí (Abril de 2000 a Nov/2008)
- Membro Conselho Fiscal do Serviço de Processamento de Dados – SERPRO (Maio/2000 a Fev/2002)
- Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Maranhão-BEM (Jul/2000 a Fev/2004)
- Membro do Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil (Mar/2009 a Abril/2010)
- Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária-CONFAZ (Desde Maio/1997)

Principais Comissões Exercidas

- Membro da Comissão de Sindicância do Ministério da Fazenda para apurar irregularidades cambiais ocorridas na Zona Franca de Manaus (1986)
- Membro do “Seminário Sobre o Controle e Lavagem de Dinheiro”, realizado pelo Departamento de Tesouro dos EUA (1992)
- Delegado do Brasil e Palestrante no “Seminário para a Comunidade Bancária sobre medidas para o controle de Lavagem de Dinheiro” (Buenos Aires, Argentina, 1994)
- Delegado do Brasil, na “Convenção Hemisférica Contra a Lavagem de Dinheiro e Transferência de Ativos de Origem Ilícita” (Bogotá, Colômbia, 1994)
- Integrante da Missão de estudos do Ministério da Fazenda realizada a Portugal, Espanha e Bélgica para conhecer o Sistema VIES-VAT INFORMATION EXCHANGE SYSTEM implementado nos países integrantes da Comunidade Europeia (Abril/2001)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (In CVM nº 480/2009 - Anexo 24 - itens 12.6 a 12.10)

Nome: Manuel dos Anjos Marques Teixeira
Idade: 68 anos
Profissão: Funcionário Público
CPF ou número do passaporte: 290.575.407-97
Cargo eletivo ocupado: - Conselheiro Fiscal Titular
Data de eleição: 31.03.2015
Data da posse: 31.03.2015
Prazo do mandato: 1 ano
outros cargos ou funções exercidos no emissor:-
indicação se foi eleito pelo controlador ou não: pelo controlador
Experiência Profissional
<ul style="list-style-type: none">• Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária-CONFAZ (Desde Maio/1997)
Condenações: Não Possui
Relações Familiares

administradores do emissor -- Não teve
(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor- Não teve
(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor- Não teve
(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor - Não teve
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor - Não teve
b. controlador direto ou indireto do emissor - Não teve
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas - Não teve

a. CANDIDATOS A CONSELHEIRO SUPLENTE

Helano Borges Dias

Nascimento: 04 de fevereiro de 1981

Profissão: Servidor Público da Secretaria do Tesouro Nacional

CPF: 909.930.121-91

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho Fiscal do BNB

Data da eleição: 31/03/2015

Data da posse: 31/03/2015

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2016

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Experiência Profissional

- Consultor Externo, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (julho/2003 a fevereiro/2004)
- Analista de Cenários, CEF - Caixa Econômica Federal (fevereiro/2004 a dezembro/2008)
- Analista Pericial de Economia, MPU - Ministério Público da União (dezembro/2009 a maio/2010)
- Tutor de Ensino à Distância, UNB - Universidade de Brasília (setembro/2007 a junho/2008)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (In CVM nº 480/2009 - Anexo 24 - itens 12.6 a 12.10)

Nome: HELANO BORGES DIAS
Idade: 33
Profissão: Servidor Público da Secretaria do Tesouro Nacional
CPF ou número do passaporte: 909.930.121-91
Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal Suplente
Data de eleição: 31/03/2015
Data da posse: 31/03/2015
Prazo do mandato: 1 ano
outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há.
indicação se foi eleito pelo controlador ou não: na há
Experiência Profissional
<ul style="list-style-type: none"> • Consultor Externo, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (julho/2003 a fevereiro/2004) • Analista de Cenários, CEF - Caixa Econômica Federal (fevereiro/2004 a dezembro/2008) • Analista Pericial de Economia, MPU - Ministério Público da União (dezembro/2009 a maio/2010) • Tutor de Ensino à Distância, UNB - Universidade de Brasília (setembro/2007 a junho/2008)
Condenações: Não possui
Relações Familiares

administradores do emissor: não há.
(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

Kátia Aparecida Zanetti de Lima

Nascimento: 13 de agosto de 1961 (51 anos)

Profissão: Procuradora da Fazenda Nacional

CPF: 497.311.656-49

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho Fiscal do BNB - Suplente

Data da eleição: 31/03/2015

Data da posse: 31/03/2015

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2016

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Experiência Profissional

- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Conselhos Fiscais de empresas: EMGEA, LIGHTPAR, IRB, AGEF, BNB, etc.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (In CVM nº 480/2009 - Anexo 24 - itens 12.6 a 12.10)

Nome: Kátia Aparecida Zanetti de Lima
Idade: 51
Profissão: Procuradora da Fazenda Nacional
CPF ou número do passaporte: 497.311.656-49
Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal Suplente
Data de eleição: 31/03/2015
Data da posse: 31/03/2015
Prazo do mandato: 1 ano
outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há.
indicação se foi eleito pelo controlador ou não: na há
Experiência Profissional
• Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Conselhos Fiscais de empresas: EMGEA, LIGHTPAR, IRB, AGEF, BNB, etc.
Condenações: Não Possui
Relações Familiares
administradores do emissor: não há.
(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior**Nascimento:** 07 de março de 1967**Profissão:** Auditor Fiscal da Receita Estadual**CPF:** 742.823.876-53**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro do Conselho Fiscal do BNB - Suplente**Data da eleição:** 31/03/2015**Data da posse:** 31/03/2015**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2016**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não há**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador**Currículo:****Experiência Profissional**

- Bacharel em Ciências Econômicas e em Direito pela UFMG. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq -1988 / 1991. Ocupa o cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (In CVM nº 480/2009 - Anexo 24 - itens 12.6 a 12.10)

Nome: Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior
Idade: 48 anos
Profissão: Auditor Fiscal da Receita Estadual
CPF ou número do passaporte: 742.823.876-53
Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal Suplente
Data de eleição: 31/03/2015
Data da posse: 31/03/2015
Prazo do mandato: 1 ano
Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: nao há
Experiência Profissional
<ul style="list-style-type: none">• Auditor Fiscal da Receita Estadual na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, desde 1994;• Assessor de Orientação Tributária da Superintendência de Tributação da SEF – 2001 / 2004;• Assessor Jurídico junto ao Gabinete da Secretaria de Estado da Fazenda de MG; Conselheiro efetivo do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais;• Representante do Estado de Minas Gerais no Grupo de Trabalho da Substituição Tributária (GT 34) da Comissão Técnica Permanente do Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) – 2003 / 2008;• Assessor Jurídico junto ao Gabinete da Secretaria de Estado da Fazenda de MG – 2008 / 2010;• Conselheiro Efetivo do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais – 2010 / 2011;• Instrutor da SEF/MG em cursos internos e cursos de formação de auditores fiscais;• Professor de Direito Tributário, Legislação Tributária Estadual e Direito Administrativo.
Condenações:
<ul style="list-style-type: none">• Coordenador da Divisão de Redação da Legislação Tributária da SEF – 2004/2008;• Coordenador da Divisão de Orientação Tributária / Superintendência de Tributação / Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais SEF/MG – 2011 / 2012 ;
Relações Familiares
Administradores do emissor: não há.
(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA
DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

**Balanço de 31 dezembro de 2014
Anexo 5 da Informação 2015/621-013, de 30/01/2015**

***Em atendimento ao Art. 9º, III, Instrução Normativa Nº 481, de
17.12.2009
Ambiente de Contabilidade***

Nós, membros da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB, em atendimento às disposições da Instrução CVM Nº 480, de 7.12.2009, apresentamos na seção 10 do Formulário de Referência os aspectos relevantes do desempenho do Banco, relativamente aos exercícios sociais de 2012, 2013 e 2014.

10.1.a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

QUADRO 01 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

Em R\$ milhões

Itens do Balanço Patrimonial em R\$ milhões	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
Ativos Totais	31.889	33.818	38.205
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.515	7.737	8.244
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	11.243	12.004	14.307
Operações de Crédito (líquido de provisões)	10.524	10.248	11.736
Outros Créditos (líquido de provisões)	2.902	2.998	3.060
Depósitos Totais	9.821	10.991	11.925
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	3.255	3.331	3.545
Outras Obrigações	12.540	12.801	14.086
- Recursos do FNE (Disponibilidades)	6.532	6.916	7.799
- Passivos Contingentes	2.146	2.363	2.455
- Passivo Atuarial Del. CVM 695	1.327	801	879
- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Elegíveis a Capital	1.202	1.273	1.357
- Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.332	1.456	1.605
Patrimônio Líquido	2.684	3.040	3.368
Lucro Líquido	508	360	747
Índices (%)			
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio	20,3%	14,0%	23,2%
Índice de Eficiência (Receita Prest.Serviços/Disp. Adm.)	20,9%	25,7%	29,2%
Índice de Basileia	16,2%	16,2%	16,1%

Ao término de 2014, os ativos totais do Banco do Nordeste do Brasil S/A apresentaram um acréscimo de 19,8% em relação ao final de 2012. O crescimento dos saldos de ativos do Banco está representado, preponderantemente, pelo aumento dos saldos de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, bem como de operações de crédito. Tal crescimento decorreu, dentre outros fatores, do aumento do volume de captação de depósitos de poupança e a prazo, da elevação do ingresso de recursos do FNE e do incremento do Patrimônio Líquido em função dos lucros retidos no período.

A participação ainda significativa das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários reflete a necessidade de manutenção de ativos líquidos comprometidos com operações de crédito de longo prazo contratadas, mas ainda não desembolsadas.

O resultado acumulado alcançado pelo Banco no ano 2014 foi de R\$ 747,4 milhões, 107,4% superior ao do exercício de 2013. Os principais fatores que influenciaram o resultado do exercício foram os seguintes:

1. Redução de receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo;
2. Elevação de Receitas com Títulos e Valores Mobiliários;
3. Elevação de despesas de obrigações por empréstimos e repasses junto ao BNDES;

4. *Elevação nas receitas de taxa de administração sobre fundos financeiros e de desenvolvimento e de Del Credere;*
5. *Elevação de despesas de operações de captação no mercado;*
6. *Redução de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa;*
7. *Elevação de Despesas de Pessoal em função do Programa de Incentivo a Demissão – PID; e*
8. *Realização de Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias*

10.1.b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

O montante do passivo exigível, entendido como “somatório do passivo circulante e não circulante”, era de R\$ 29.205,1 milhões, R\$ 30.777,7 milhões e R\$ 34.851,0 milhões, em 31/12/2012, 31/12/2013 e 31/12/2014, respectivamente. Dessa forma, o índice de endividamento, medido pela relação “passivo exigível sobre o patrimônio líquido” era de 10,88; 10,12 e 10,35, respectivamente, conforme item 3.7 do Formulário de Referência.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.03.2014, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 407.000 mil, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.437.000 mil, para R\$ 2.844.000 mil, representado por 86.371.464 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, homologado pelo Banco Central. Na mesma Assembleia, foi aprovado o cancelamento de 630.437 ações ordinárias, sendo 10.232 ações que se encontravam em tesouraria e 620.205 ações oriundas de reembolso aos acionistas dissidentes do processo de conversão de ações preferenciais em ordinárias, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23.08.2013. O custo total de aquisição das 630.437 ações canceladas importou em R\$ 19.518. Ressalte-se que esse cancelamento de ações não proporcionou redução do valor do Capital Social, tendo em vista que para a aquisição foi utilizado parte do saldo de Reserva Estatutária, conforme previsto no Estatuto Social do Banco.

Em fevereiro de 2014, ocorreu a transferência de titularidade da totalidade das ações do Fundo de Garantia de Operações FGO para o BB FGO Fundo de Investimento em Ações. No mês abril de 2014, a União Federal autorizou a cessão voluntária de 30.219.768 (trinta milhões, duzentas e dezenove mil, setecentas e sessenta e oito ações), das ações ordinárias de sua titularidade ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC. Em junho de 2014, ocorreu a transferência de titularidade da totalidade das ações do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC para o BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado. Os fundos foram instituídos pela Lei 12.087/2009 e pertencem ao grupo de controle do acionista majoritário, a União Federal.

Hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão do Banco, além daquelas previstas em lei.

Composição em 31.12.2014		
Acionistas	Total das Ações	% do Capital
<i>União Federal</i>	44.049.447	51,00%
<i>BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado</i>	30.216.918	34,98%
<i>BB FGO Fundo de Investimento em Ações</i>	6.237.350	7,22%
<i>Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND</i>	3.846.968	4,45%
<i>Outros</i>	2.020.781	2,35%
Total	86.371.464	100,00%

Composição em 31.12.2013					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
<i>União Federal</i>	45.146.025	29.123.190	74.269.215	93,11	85,37
<i>Fundo Garantidor de Operações – FGO</i>	-	6.250.000	6.250.000	-	7,18
<i>Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND</i>	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
<i>Financiadora de Estudos e Projetos – Finep</i>	1.449.254	-	1.449.254	2,99	1,67
<i>Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-CAPEF</i>	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
<i>BNDES Participações S.A - BNDESPAR</i>	-	373.200	373.200	-	0,43
<i>Outros</i>	146.069	286.957	433.026	0,30	0,50
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2012					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
<i>União Federal</i>	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
<i>Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND</i>	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
<i>Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-CAPEF</i>	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
<i>Outros</i>	146.069	660.157	806.226	0,30	0,93
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**QUADRO 03 – CAPACIDADE DE PAGAMENTO***Em R\$ mil*

Especificação	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
<i>Ativos de Liquidez (A)</i>			
<i>Disponibilidades</i>	121.853	155.909	197.642
<i>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</i>	6.514.841	7.737.065	8.244.319
<i>Títulos e Valores Mobiliários Instrumentos Financeiros Derivativos</i>	11.243.163	12.004.013	14.306.918
<i>Relações Interfinanceiras</i>	356.596	412.076	402.521
<i>Operações de Crédito</i>	10.524.329	10.248.383	11.736.297
<i>Outros Créditos</i>	1.712.883	1.690.483	1.897.708
<i>Total dos Ativos Financeiros</i>	30.473.665	32.247.929	36.785.405
<i>Passivos de liquidez (B)</i>			
<i>Depósitos</i>	9.821.439	10.991.446	11.925.427
<i>Captações no Mercado Aberto</i>	820.515	1.177.595	1.756.347
<i>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</i>	1.394.245	1.487.266	1.685.962
<i>Obrigações por Empréstimos e Repasses</i>	3.255.497	3.330.647	3.544.953
<i>Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</i>	6.679.378	7.087.216	8.652.860
<i>Outros Passivos Financeiros</i>	4.471.549	3.893.291	4.263.817
<i>Total dos Passivos Financeiros</i>	26.442.623	27.967.461	31.829.366
Saldos de Liquidez (A - B)	4.031.042	4.280.468	4.956.039
Índice de Liquidez (A/B)	115,24%	115,31%	115,57%

A diferença entre os ativos de liquidez e passivos de liquidez vem se mantendo estável entre os exercícios de 2012, 2013 e 2014, apesar das dificuldades do mercado, apresentando uma suave tendência de elevação.

O Banco investe parcela relevante de seus recursos em títulos públicos federais, que são ativos considerados de elevada liquidez e também detém posições em títulos e valores mobiliários do setor privado.

O volume reduzido dos ativos de curto prazo é justificado pela gestão de tesouraria do Banco que tem concentrado suas aplicações em LFTs. Tais aplicações vêm, nos últimos exercícios, sendo realizadas em títulos cujos prazos são cada vez mais longos, em virtude da política de emissão de títulos do Governo Federal que tem provocado uma escassez de títulos públicos federais de curto prazo. Não obstante, considerando que referidos títulos são de altíssima liquidez, o fato de estarem classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo não implica em redução da liquidez efetiva do Banco.

10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

QUADRO 04 – FONTES DE FINANCIAMENTO

Em R\$ Milhões

Especificação	2012	2013	2014
Fontes para Capital de Giro			
Depósitos	4.772,9	5.910,8	6.244,8
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.036,3	1.035,2	1.326,2
Mercado Aberto, Relações Interdependências e Instrumentos Financeiros Derivativos	756,4	1.154,9	2.601,5
Outros (Benefícios a Empregados, FNE e outros)	3.879,1	5.185,0	6.258,5
Total das Fontes de Curto Prazo	10.444,7	13.285,9	16.431,0
Depósitos de Longo Prazo	4.387,5	4.560,5	5.260,2
Outros (FNE e outros)	5.005,7	3.983,6	4.658,5
Total das Fontes de Longo prazo	9.393,2	8.544,1	9.918,7
Total	19.837,9	21.830,0	26.349,7
Fontes para Ativos Não Circulantes			
Depósitos FAT	661,0	520,2	420,4
Mercado Aberto e Instrumentos Financeiros Derivativos	88,3	50,8	56,4
Títulos Emitidos no Exterior	1.327,0	1.467,8	794,5
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.219,2	2.295,4	2.218,8
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.332,4	1.456,0	1.605,3
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.202,4	1.194,1	1.272,9
Outros	2.536,9	1.963,4	2.119,1
Patrimônio Líquido	2.683,8	3.039,8	3.367,8
Total	12.051,0	11.987,5	11.855,2
Total Passivo	31.888,9	33.817,5	38.204,9

O Banco não vem apresentando deficiências de liquidez no financiamento de seus ativos. Essa margem de liquidez se deve, principalmente, pelo fato do Banco financiar parcela de seu capital de giro com recursos com prazos de exigibilidades superiores a 01 ano, representado pelo crescimento de captações de depósito a prazo e pela elevação de obrigações de longuíssimo prazo, a exemplo das provisões para passivos contingentes do FNE e as decorrentes de benefícios pós-emprego. Outro fator relevante é a manutenção em seu capital de giro, em média, nos três últimos exercícios, de mais de 50% dos recursos aplicados em títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras, ambos com liquidez imediata (R\$ 17.758,0 milhões em 2012; R\$ 19.741,1 milhões em 2013; e R\$ 22.551,2 milhões em 2014).

Registra-se, de modo semelhante, confortável liquidez quanto ao financiamento de ativos não circulantes. Dentre as fontes de financiamento, destacam-se as outras obrigações, representadas por recursos estáveis provenientes dos ingressos do Tesouro para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), de contratação de Dívida Subordinada, de instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, da emissão de títulos no exterior e, ainda, oriundos de outras obrigações a exemplo das provisões para benefícios pós-emprego e outras.

10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez

No Quadro 03 demonstramos uma posição confortável para cobrir as obrigações exigíveis de curto e longo prazo assumidas pelo Banco.

No eventual caso de deficiências de liquidez, o bom rating do Banco nas escalas internacional e nacional (equivalente a “BBB-” atribuído pela S&P, “BBB” atribuído pela Fitch Ratings e “Baa3” atribuído pela Moody’s) permitiria a captação de recursos no mercado financeiro a um custo adequado.

10.1.f. níveis de endividamento e as características das dívidas

QUADRO 05 – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Índice	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
Índice de Endividamento	5,11	4,86	5,04

O Índice de Endividamento, representado pelo Passivo Exigível em relação ao Passivo Não Exigível, registrou um decréscimo de 3,68% de 2012 para 2014.

Informamos que quanto aos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, há autorização para a continuidade da utilização integral do valor contratado na condição de Capital Complementar. Será requerida ao Bacen, após a assinatura de aditivo, cujas bases já foram negociadas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a sua utilização como Capital Principal.

Portanto, no Passivo Exigível não são considerados os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e a Dívida Subordinada Elegível a Capital.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

QUADRO 06 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em R\$ mil

<i>Especificação</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2013</i>	<i>31.12.2014</i>
CIRCULANTE	1.185.931	1.133.190	2.301.227
<i>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</i>	<i>75.476</i>	<i>19.488</i>	<i>891.420</i>
<i>Empréstimos no País</i>	<i>17.912</i>	<i>19.416</i>	<i>-</i>
<i>Empréstimos no Exterior</i>	<i>808.277</i>	<i>757.860</i>	<i>1.066.651</i>
<i>Repasses do País</i>	<i>121.769</i>	<i>156.842</i>	<i>144.935</i>
<i>Repasses do Exterior</i>	<i>88.354</i>	<i>101.113</i>	<i>114.573</i>
<i>Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida</i>	<i>74.143</i>	<i>78.471</i>	<i>83.648</i>
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	5.998.585	6.413.286	5.891.517
<i>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</i>	<i>1.318.769</i>	<i>1.467.778</i>	<i>794.541</i>
<i>Empréstimos no País</i>	<i>17.912</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Empréstimos no Exterior</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Repasses do País</i>	<i>1.464.432</i>	<i>1.549.999</i>	<i>1.486.152</i>
<i>Repasses do Exterior</i>	<i>736.841</i>	<i>745.417</i>	<i>732.642</i>
<i>Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida</i>	<i>1.128.249</i>	<i>1.194.110</i>	<i>1.272.892</i>
<i>Dívida Subordinada</i>	<i>1.332.382</i>	<i>1.455.982</i>	<i>1.605.289</i>
TOTAL	7.184.516	7.546.476	8.192.744

O quadro acima mostra um breve resumo, no final dos exercícios 2012, 2013 e 2014, das obrigações por empréstimos e financiamentos assumidas pelo Banco do Nordeste. O Banco tem uma concentração dos vencimentos no longo prazo, o que evidencia a administração conservadora e prudencial do fluxo financeiro do Banco.

Em maio de 2012, o Banco realizou a emissão de US\$ 300 milhões de títulos “bonds”, no mercado internacional de mesma espécie da emissão realizada em 2010. O valor total de títulos emitidos, na posição em 31.12.2014, é de R\$ 1.602,6 milhões.

Nos exercícios de 2013 e 2014, o Banco emitiu Letras de Crédito do Agronegócio – LCA com prazo médio de 365 dias, sendo a taxa de atualização média de 88,19% do CDI a.a. “pro rata” até o vencimento, cujo saldo em 31.12.2014, é de R\$ 83,4 milhões, também registradas em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.

As operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

As obrigações por empréstimos e repasses contratados são oriundas de várias fontes, sendo as principais decorrentes de relações mantidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES (R\$ 1.464,0 milhões) e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (R\$ 847,2 milhões).

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26 de novembro 2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000 milhão, já efetivamente integralizado. Na posição de 31.12.2014, o saldo é de R\$ 1.356,5 milhões.

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central, no montante de R\$ 1.605,3 milhões em 31.12.2014.

Saliente-se que o Banco do Nordeste realiza os repasses e empréstimos, no mínimo, com base nos encargos e prazos dos passivos, mantendo a exigência da prestação de garantias reais e fidejussórias, além de avais e fianças para assegurar o equilíbrio do fluxo de caixa e o ressarcimento do crédito.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Atualmente não existem outras relações significativas de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 2009, o Banco Central do Brasil aprovou o enquadramento da operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, como capital de nível II do Patrimônio de Referência do Banco do Nordeste do Brasil, na categoria de dívida subordinada que registra o montante de R\$ 1.605,3 milhões em 31.12.2014.

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26 de novembro 2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000 milhão, já efetivamente integralizado. Encontra-se em fase de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional a assinatura de aditivo ao instrumento híbrido de capital e dívida firmado junto à União, como capital principal, nos valores atualmente contratados, para eliminar a dedução de 10% anual prevista na legislação, reforçando assim o Capital Principal e, conseqüentemente, o Patrimônio de Referência Nível I.

Os demais recursos de terceiros são classificados como exigíveis, no mesmo grau de subordinação.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., na qualidade de sociedade de economia mista federal, criado pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952, tem como controlador acionário a União Federal, estando essa condição de acionista controlador preservada, consoante disposto no artigo 6º do Estatuto Social. Por se tratar de entidade da Administração Pública Federal Indireta, o Banco está sujeito aos ditames da Lei Nº 8.666, de 21.06.1993, no que tange à alienação de ativos, e do Decreto Nº 93.872, de 23.12.1986, no que toca à emissão de valores mobiliários.

10.1.g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos dos financiamentos contratados são utilizados conforme disposto nos respectivos instrumentos contratuais.

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

QUADRO 07 – ATIVOS TOTAIS

Especificação	Em R\$ milhões		
	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e TVM	17.879,9	19.897,0	22.748,9
Relações Interfinanceiras	356,6	412,1	402,5
Operações de Crédito (Líquido de Provisões)	10.524,3	10.248,4	11.736,3
Outros Créditos (Líquido de Provisões)	2.901,9	2.998,5	3.059,9
Outros Valores e Bens	24,6	25,9	27,7
Permanente	201,6	235,6	229,8
Total	31.888,9	33.817,5	38.205,0

1) ATIVOS TOTAIS - Análise 2013 em relação a 2012

No final de 2013, os ativos globais do banco apresentaram um acréscimo de 6% em relação ao final de 2012. Nos ativos do BNB também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 1.766,4 milhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito daquele Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação (R\$ 5.142,3 milhões). O crescimento dos saldos de ativos do BNB de dezembro de 2012 para dezembro de 2013 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. O crescimento dos ativos foi possível em função do aporte de novos recursos, a saber: incremento no volume de captação de depósitos a prazo e poupança, totalizando R\$ 1.062,8 milhões; aumento das disponibilidades do FNE em R\$ 381,5 milhões; elevação em captações no mercado aberto em R\$ 357,1 milhões; aumento em depósitos interfinanceiros no valor de R\$ 205,2 milhões; incorporação de receitas aos ativos; e retenção de resultados e lucros no período.

Os saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, decresceram 2,6% em 2013. As principais movimentações de 2013, em relação aos saldos findos em 2012, na carteira de crédito, foram: acréscimo no saldo de operações do Programa Crediamigo no valor de R\$ 553,2 milhões; acréscimo de R\$ 182,7 milhões em operações de financiamentos de longo prazo com recursos do BNDES; decréscimo de R\$ 858,5 milhões em operações de crédito com recursos próprios; decréscimo de R\$ 167,6 milhões em operações de câmbio financiadas com captações externas; decréscimo de R\$ 50,2 milhões nos saldos de operações de crédito com recursos do FAT. Ressalta-se que ocorreu acréscimo nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 60,8 milhões, que retificam as operações de crédito e outros créditos.

2) ATIVOS TOTAIS - Análise 2014 em relação a 2013

Ao término de 2014, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 13,0% em relação ao final de 2013. Nos ativos do BNB também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 1.530,8 milhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito daquele Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação (R\$ 6.259,9 milhões). O crescimento dos saldos de ativos do BNB de dezembro de 2013 para dezembro de 2014 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários e no saldo de operações de crédito. O crescimento dos ativos foi possível em função do aporte de novos recursos, a saber: aumento das disponibilidades do FNE em R\$ 882,8 milhões; início das captações de FDNE Repasses no montante de R\$ 662,1 milhões; elevação em Captações no Mercado Aberto em R\$ 578,7 milhões; aumento em depósitos interfinanceiros no valor de R\$ 548,4 milhões; incremento no volume de captação de Depósitos a Prazo (CDB) em R\$ 493,2 milhões; incorporação de receitas aos ativos; e retenção de resultados e lucros no período.

Os saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, cresceram 14,5% (R\$ 1.487,9 milhões) em 2014. As principais movimentações de 2014, em relação aos saldos findos em 2013, na carteira de crédito, foram: início das operações de crédito de FDNE Repasses no montante de R\$ 663,6 milhões; acréscimo no saldo de operações do Programa Crediamigo no valor de R\$ 507,9 milhões; acréscimo de R\$ 311,3 milhões em operações de crédito com recursos internos; acréscimo de R\$ 279,8 milhões em operações de câmbio financiadas com captações externas; redução de operações do Fundo da Marinha Mercante em R\$ 115,7 milhões; redução em operações de repasses do FNE em R\$ 65,0 milhões; decréscimo de R\$ 43,5 milhões em operações de financiamentos de longo prazo com recursos do BNDES/FINAME; e decréscimo de R\$ 29,7 milhões nos saldos de operações de crédito com recursos do FAT. Ressalta-se que ocorreu decréscimo nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 3,1 milhões, que retificam as operações de crédito e outros créditos.

QUADRO 08 – RECURSOS TOTAIS

Em R\$ milhões

Especificação	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Depósitos à vista	134,0	253,0	175,2
Depósitos de poupança	1.616,0	1.872,6	1.956,2
Depósitos a prazo	7.398,8	7.987,9	8.367,6
. FAT	661,0	520,2	420,4
. Finor – Disponibilidades	182,3	172,7	189,9
. Reinvestimentos Lei No. 8.167	401,8	335,1	304,2
. CDB	6.153,7	6.959,9	7.453,1
Depósitos Interfinanceiros e Outros	672,8	878,0	1.426,4
Captações no Mercado Aberto	820,5	1.177,6	1.756,3
L.C.A (Letra de Crédito do Agronegócio)	67,3	9,6	83,4
Emissão de Títulos no Exterior	1.327,0	1.477,6	1.602,5
Relações Interfinanceiras e Interdependências	-	7,2	10,1
Obrigações por Empréstimos	844,1	777,3	1.066,7
. Empréstimos no País	35,8	19,4	-
. Empréstimos no Exterior	808,3	757,9	1.066,7
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.586,2	1.706,8	1.631,1
. BNDES e FINAME	1.585,4	1.706,1	1.630,4
. Outras Instituições	0,8	0,7	0,7
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	825,2	846,5	847,2
Provisões Sociais e Estatutárias	95,1	61,8	160,7
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	825,1	487,5	438,2
Recursos FNE (Disponibilidades)	6.534,3	6.915,8	7.798,6
Fundo de Marinha Mercante FMM	-	105,8	107,1
Recursos FDNE Repasse	-	-	662,1
Outros Fundos e Programas	-	65,6	85,1
Passivos Contingentes	2.145,7	2.362,9	2.455,2
. FNE	1.820,1	2.022,1	2.062,7
. Causas Trabalhistas	179,3	198,3	221,6
. Causas Cíveis e Outras	110,1	108,8	142,3
. Outros Passivos Contingentes	36,2	33,7	28,6
Pagamentos a Efetuar	1.493,1	969,2	1.116,3

. Benefícios a Empregados (Deliberação CVM 695)	1.327,3	800,7	878,5
. Outros	165,8	168,5	237,8
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (FNE)	1.332,4	1.456,0	1.605,3
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	1.202,4	1.272,6	1.356,5
Outras Obrigações	285,1	86,4	129,5
Total das obrigações para com terceiros	29.205,1	30.777,7	34.837,2
Patrimônio Líquido	2.683,8	3.039,8	3.367,8
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO BNB	31.888,9	33.817,5	38.205,0

3) RECURSOS TOTAIS - Análise 2013 em relação a 2012

As captações de recursos na modalidade de depósitos a prazo apresentaram um crescimento de 8,0% (R\$ 589,1 milhões) em relação ao ano anterior, registrando no encerramento do exercício de 2013 um saldo de R\$ 7.987,9 milhões, superior aos R\$ 7.398,8 milhões alcançados em 2012, em consonância com a expansão da participação do Banco no mercado financeiro da região e aumento no volume de captações. Quando considerados em conjunto, os saldos de depósitos à vista e de poupança também superaram os resultados obtidos no exercício anterior, registrando um crescimento da ordem de 21,5% em 2013.

Ao final do exercício de 2013, os saldos dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT decresceram em 21,3% (R\$ 140,8 milhões). A diminuição ocorreu em função do resultado dos reembolsos efetuados à fonte durante o ano de 2013, que totalizaram R\$ 171,6 milhões (já incluídos os encargos) e da atualização monetária da obrigação, da ordem de R\$ 30,8 milhões.

O decréscimo decorreu do fato de o Banco ter captado em 2013 o montante de R\$ 63,7 milhões em Depósitos para Reinvestimento, valor corresponde a 47,3% do obtido no exercício de 2012, não obstante, em 2013, o volume de liberações ter sido de R\$ 148,3 milhões, inferior em 30,6 % ao verificado em 2012.

As captações realizadas via Certificados de Depósitos Interfinanceiros alcançaram R\$ 878 milhões em 31.12.2013, representando uma elevação de 30,5% sobre os saldos de 31.12.2012 (R\$ 672,8 milhões). As captações através de Depósitos Interfinanceiros de Microfinanças (DIM) merecem destaque, visto que representam, em 31.12.2013, 82,7% dessa carteira, atingindo nessa mesma posição um patamar de R\$ 726,37 milhões, o que significou uma elevação de 25,6% sobre o saldo de 31.12.2012. As elevações apresentadas são resultado do esforço da tesouraria de expandir e diversificar as fontes de recursos da companhia, especialmente as captações de DIM, voltadas para aplicação no programa de Microcrédito Urbano – Crediamigo.

O saldo da rubrica Captações no Mercado Aberto de R\$ 1.177,6 milhões aumentou em 43,5%, ao final do exercício de 2013, comparando-se à posição de 31.12.2012 (R\$ 820,5 milhões), com um volume a maior no valor de R\$ 357,1 milhões. Os recursos captados em operações tem compromisso de recompra, com garantia em Títulos do Governo Brasileiro (LFT).

Ao final do exercício de 2013, o saldo da rubrica de Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior aumentou em 11,3% (R\$ 150,6 milhões). O crescimento do saldo se explica, basicamente, pelos fatos a seguir: (i) variação cambial positiva do dólar norte-americano de 14,6% no período (R\$ 179,4 milhões); (ii) provisão de juros no período (R\$ 59,3 milhões); (iii) pagamento de juros e imposto de renda no período (R\$ 58,1 milhões); e (iv) redução do ajuste ao valor de mercado da obrigação (R\$ 30,0 milhões).

O decréscimo de 7,9% (R\$ 66,8 milhões) no saldo da conta de Obrigações por Empréstimos, observado na posição de 31.12.2013 se explica:

a) Obrigações por Empréstimos no País – A diminuição de 45,8% (R\$ 16,4 milhões) no saldo desta rubrica é decorrente do resultado entre o reembolso efetuado à fonte (STN), ocorrido em agosto de 2013

(restando uma parcela para liquidação da obrigação), no montante de R\$ 18,6 milhões (já incluídos os encargos) e da atualização monetária da obrigação, da ordem de R\$ 2,2 milhões.

b) *Obrigações por Empréstimos no Exterior* – Ao final do exercício de 2013, os saldos de obrigações por empréstimos no exterior tiveram uma redução de 6,2% em relação ao exercício de 2012, representados por um valor de R\$ 50,4 milhões. Esse resultado é consequência, principalmente, da diminuição da demanda por financiamento à exportação que, por sua vez, gerou uma menor necessidade de captação de recursos no exterior por parte do BNB.

No encerramento do exercício de 2013, os recursos captados junto ao BNDES e FINAME para efeito de contratação de operações de repasse tiveram um acréscimo de 7,6% (R\$ 120,7 milhões), essa elevação se explica:

- (i) por conta dos ingressos de recursos ocorridos ao longo de 2013, da ordem de R\$ 175,2 milhões;
- (ii) da capitalização de encargos, no valor de R\$ 112,9 milhões, e
- (iii) dos pagamentos efetuados à fonte durante o ano de 2013, que totalizaram R\$ 167,4 milhões (já incluídos os encargos).

O acréscimo de 2,6% (R\$ 21,3 milhões) no saldo da rubrica de *Obrigações por Repasses em Moeda Estrangeira*, findo exercício de 2013 se explica, basicamente, pelo efeito conjunto da atualização monetária e provisão de juros a pagar, da ordem de R\$ 129,3 milhões e dos reembolsos (principal e juros) efetuados à fonte no ano 2013, da ordem de R\$ 108,0 milhões.

Ao final de 2013, encontra-se registrado em *Dividendos e Bonificações a Pagar* o valor de R\$ 32,5 milhões, equivalente aos *Juros sobre o Capital Próprio (JCP)* complementares ao valor antecipado no 1º semestre, e compõe a parcela correspondente ao percentual mínimo obrigatório de 25% do *Lucro Líquido Ajustado*, previsto no art. 59 do *Estatuto Social*.

Em *participações nos lucros* encontra-se registrado o montante de R\$ 29,3 milhões, sendo R\$ 0,4 milhão referentes aos administradores e R\$ 28,9 milhões alusivos aos empregados da instituição. O valor de R\$ 28,9 milhões corresponde ao percentual de 5% sobre o *Lucro Líquido ajustado* do exercício, acrescido de 3% sobre a mesma base, correspondente aos indicadores sociais.

Os saldos de *Obrigações Fiscais e Previdenciárias* totalizam na posição de 31.12.2013 o valor de R\$ 487,5 milhões (R\$ 825,1 milhões em 31.12.2012), apresentando uma redução de R\$ 337,6 milhões, que representa uma redução de 40,9%. A seguir, são destacadas as principais movimentações:

a) *Provisões para IRPJ e CSLL* – Observou-se nessa rubrica uma redução de R\$ 178,8 milhões (R\$ 222,8 milhões em 31.12.2013, contra R\$ 401,6 milhões em 31.12.2012), principalmente pela redução da adição das despesas de *Provisões na base cálculo de tributo*, decorrente da redução nas despesas de provisão com benefícios pós emprego e operações de crédito, bem como pelo enquadramento de operações de crédito como perdas de crédito para fins fiscais.

b) *Provisão Para Impostos e Contribuições Diferidos* – A variação observada no valor de R\$ 146,1 milhões (R\$ 81,6 milhões em 31.12.2013, contra R\$ 227,7 milhões em 31.12.2012), explicado pela redução de R\$ 171,0 milhões de IRPJ/CSLL sobre ajustes a valor de mercado de *Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos*.

Em *Passivos Contingentes* foi registrada variação relevante na rubrica de *Riscos com FNE*, no valor de R\$ 202,0 milhões, em função do crescimento da carteira de créditos do Fundo.

Em *Provisão para Pagamentos a Efetuar – Benefícios a Empregados* registra-se o decréscimo de 39,67% nos saldos de pagamentos a efetuar decorrentes de benefícios pós-emprego (R\$ 800,6 milhões em 31.12.2013, contra R\$ 1.327,3 milhões em 31.12.2012), representando um volume menor de provisões no montante de R\$ 526,7 milhões. A contabilização dessas provisões está de acordo com as regras de reconhecimento de passivos relacionados a benefícios pós-emprego, estabelecidas na *Deliberação CVM 695*, de 13 de dezembro

de 2012. As movimentações ocorridas no saldo são explicadas pela aquisição de novos direitos dos empregados a serem usufruídos no futuro; baixa de provisões correspondentes às contribuições aportadas no exercício; e baixa de provisões decorrente dos ganhos atuariais referentes ao aumento da taxa de desconto dos planos e da mudança da tábua de mortalidade.

O aumento de 9,3% (R\$ 123,6 milhões) no saldo da rubrica Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, na posição de 31.12.2013 se explica, basicamente, pelo efeito da capitalização dos encargos contratuais nos saldos: dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN); e dos recursos aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito (10% a.a. ou 9,5% a.a.), conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

O saldo de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida de R\$ 1.272,6 milhões, na posição 31.12.2013, é resultado do acréscimo de 5,8% (R\$ 70,2 milhões). O crescimento decorre, basicamente, do resultado entre a capitalização dos encargos contratuais (IPCA + 6,5715% a.a.) no período, no montante de R\$ 146,2 milhões e do pagamento anual de juros, ocorrido em maio de 2013, no valor de R\$ 76,0 milhões (inclui atualização pela taxa SELIC no período de 02/01 a 16.05.2013).

4) RECURSOS TOTAIS - Análise 2014 em relação a 2013

As captações de recursos na modalidade de depósitos a prazo apresentaram um crescimento de 7,1% (R\$ 493,2 milhões) em relação ao ano anterior, registrando no encerramento do exercício de 2014 um saldo de R\$ 7.453,1 milhões, superior aos R\$ 6.959,9 milhões alcançados em 2013, em consonância com a expansão da participação do Banco no mercado financeiro da região e aumento no volume de captações. Quando considerados em conjunto, os saldos de depósitos à vista e de poupança mantiveram-se estável entre 2013 e 2014.

As captações realizadas por meio de Certificados de Depósitos Interfinanceiros alcançaram R\$ 1.426,4 milhões em 31.12.2014, representando uma elevação de 62,5% sobre os saldos de 31.12.2013 (R\$ 878,0 milhões). Do total registrado nesta rubrica, cerca de 80,0% referem-se às captações realizadas em Depósitos Interfinanceiros de Microfinanças (DIM), que alcançaram o volume de R\$ 1.146,8 milhões em 31.12.2014, promovendo uma elevação de 57,9% sobre o saldo de 31.12.2013 (R\$ 726,4 milhões), fruto de ações voltadas para aplicação no programa de Microcrédito Urbano – Crediamigo.

Os registros da rubrica Captações no Mercado Aberto referem-se às captações realizadas em Operações Compromissadas, que na posição 31.12.2014 apresentaram o volume de R\$ 1.756,3 milhões, superando em R\$ 578,7 milhões o volume realizado na posição de 31.12.2013 (R\$ 1.177,6 milhões), o que representa uma elevação de 49,1% no valor das operações. Os recursos captados em operações têm compromisso de recompra, com garantia em Títulos do Governo Brasileiro (LFT).

O aumento de 37,2% (R\$ 289,4 milhões) no saldo da conta de Obrigações por Empréstimos, observado na posição de 31.12.2014 se explica:

- a) Obrigações por Empréstimos no País – Em 15.08.2014 foi realizado o pagamento da última parcela da obrigação junto à fonte, no valor de R\$ 20,4 milhões (principal e juros). Assim, não há saldo nesta rubrica ao final do exercício de 2014.
- b) Obrigações por Empréstimos no Exterior – Ao final do exercício de 2014, os saldos de obrigações por empréstimos no exterior tiveram um incremento de 40,7% em relação a 2013, representados por um valor de R\$ 308,8 milhões. Esse resultado é consequência, principalmente, do aumento substancial das contratações de operações de Câmbio/Comércio Exterior em 2014, que totalizaram R\$ 970,8 milhões, volume 23,0 % superior alcançado em 2013. Tal performance ocasionou, conseqüentemente, um aumento da Carteira de Operações “em ser” que fechou o ano com volume 33,6% superior ao ano anterior, resultando no aumento da necessidade de captação de recursos no exterior por parte do BNB.

Ao final de 2014, encontra-se registrado em Dividendos e Bonificações a Pagar o valor de R\$ 96,3 milhões, equivalente aos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos complementares ao valor antecipado no 1º semestre, e compõem a parcela correspondente ao percentual mínimo obrigatório de 25% do Lucro Líquido Ajustado, previsto no artigo 59 do Estatuto Social.

Em participações nos lucros encontra-se registrado o montante de R\$ 64,1 milhões, sendo R\$ 1,8 milhão referentes aos administradores e R\$ 62,3 milhões alusivos aos empregados da instituição. O valor de R\$ 62,3 milhões corresponde ao percentual de 8,34% sobre o Lucro Líquido do exercício.

Os saldos de **Obrigações Fiscais e Previdenciárias** totalizam na posição de 31.12.2014 o valor de R\$ 447,9 milhões (R\$ 487,5 milhões em 31.12.2013). Observou-se neste grupo uma redução de R\$ 39,6 milhões, valendo destacar abaixo as movimentações mais relevantes:

- a) Provisões para IRPJ e CSLL – O saldo registrado em 31.12.2014 é de R\$ 192,2 milhões (R\$ 222,8 milhões em 31.12.2013). Observou-se nessa rubrica uma redução de R\$ 30,6 milhões, em função do decréscimo do Resultado Tributável, decorrente principalmente pela redução nas despesas de provisão com operações de crédito, bem como pelo enquadramento de operações de crédito no conceito de perdas de crédito para fins fiscais.
- b) Impostos e Contribuições a Recolher - o saldo registrado em 31.12.2014 é de R\$ 73,0 milhões (R\$ 65,0 milhões em 31.12.2013). O aumento observado de R\$ 8,0 milhões é explicado, principalmente, pelos seguintes eventos: a) Aumento de Impostos e Contribuições sobre Salários - R\$ 5,0 milhões; b) Redução de Imposto de Renda Retido na Fonte – R\$ (2,4) milhões - decorrente, principalmente, da redução dos rendimentos dos fundos de investimentos; e c) Aumento do Pasep/Cofins – R\$ 4,3 milhões

A elevação do saldo total de **Recursos FNE (Disponibilidade e Outros)**, de R\$ 6.915,8 milhões em 2013 para R\$ 7.798,6 milhões em 2014, é explicada pelo aumento do volume de transferências da Secretaria do Tesouro Nacional, pelo crescimento da remuneração dos recursos disponíveis (taxa extramercado) e pela elevação do volume dos reembolsos de operações de crédito.

Em 2013, o Banco do Nordeste, na qualidade de agente operador do FDNE, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE celebraram contratos para operacionalização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE no âmbito de projetos de financiamentos mediante instrumentos particulares de abertura de crédito com as empresas beneficiárias dos financiamentos, explicando o saldo de R\$ 662,1 milhões, verificado ao final do exercício de 2014 em **Recursos FDNE Repasse**.

O aumento de 10,3% (R\$ 149,3 milhões) no saldo da rubrica **Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital**, na posição de 31.12.2014 se explica, basicamente, pelo efeito da capitalização dos encargos contratuais nos saldos dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN); e dos recursos aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito (10% a.a. ou 9,5% a.a.), conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

O saldo de **Instrumentos Híbrido de Capital e Dívida** de R\$ 1.356,5 milhões, na posição 31.12.2014, é resultado do acréscimo de 6,6% (R\$ 83,9 milhões). O crescimento decorre, basicamente, do resultado entre a capitalização dos encargos contratuais (IPCA + 6,5715% a.a.) no período, no montante de R\$ 165,3 milhões e do pagamento anual de juros, ocorrido em maio de 2014, no valor de R\$ 81,4 milhões (inclui atualização pela taxa SELIC no período de 02/01 a 08.05.2014).

5) EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2014, um Patrimônio Líquido de R\$ 3.367,8 milhões apresentando um crescimento de 25,5% quando comparado com 2012 que era de R\$ 2.683,8 milhões. A variação é explicada pelos lucros apurados em 2013 (R\$ 360,4 milhões) e em 2014 (R\$ 747,4 milhões), conforme demonstrado a seguir:

QUADRO 09 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em R\$ Milhões

<i>Patrimônio Líquido em 31.12.2012</i>	<i>2.683,8</i>
<i>Lucro Líquido de 2013</i>	<i>360,4</i>
<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial (TVM)</i>	<i>(348,1)</i>
<i>Ganhos e Perdas Atuariais</i>	<i>558,5</i>
<i>Pgto de Dividendos e JCP do 1º semestre</i>	<i>(176,2)</i>
<i>Provisão para distribuição do JCP do 2º semestre</i>	<i>(38,4)</i>
<i>Provisão IR sobre distribuição JCP</i>	<i>(0,1)</i>
<i>Patrimônio Líquido em 31.12.2013</i>	<i>3.039,8</i>
<i>Lucro Líquido de 2014</i>	<i>747,4</i>
<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial</i>	<i>(14,1)</i>
<i>Ganhos ou Perdas Atuariais</i>	<i>(161,4)</i>
<i>Realização da Reserva de Reavaliação</i>	<i>(0,5)</i>
<i>Dividendos Adicionais Propostos</i>	<i>(47,7)</i>
<i>Provisão para distribuição de Dividendos e JCP</i>	<i>(176,6)</i>
<i>Aquisição de Ações mantidas em tesouraria</i>	<i>(19,1)</i>
<i>Patrimônio Líquido em 31.12.2014</i>	<i>3.367,8</i>

QUADRO 10 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em R\$ milhões

<i>Especificação</i>	<i>Exercício 2012</i>	<i>Exercício 2013</i>	<i>Exercício 2014</i>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.804,7	3.710,1	4.361,3
. Operações de Crédito	2.178,2	1.852,1	1.818,6
. Resultado de Oper. com Títulos e Valores Mobiliários	1.326,7	1.571,9	2.243,3
. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	110,0	108,8	103,5
. Resultado de Operações de Câmbio	165,4	149,9	157,5
. Resultado das Aplicações Compulsórias	19,5	20,0	36,2
. Operações de Venda ou Transferência de Ativos	4,8	7,4	2,3
(-) DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.603,6	2.709,9	-3.101,1
. Operações de Captação no Mercado	-991,5	1.059,6	-1.355,2
. Operações de Empréstimos e Repasses	-997,3	-949,7	-1.320,4
. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-614,8	-700,6	-425,6
(=) RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.201,1	1.000,2	1.260,2
(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-639,1	-449,0	-128,4
Receitas de Prestação de Serviços	1.391,6	1.602,7	1.844,4
Rendas de Tarifas Bancárias	29,1	32,6	37,8
Despesas de Pessoal	1.149,7	1.274,6	-1.518,7
. Proventos, Encargos e Benefícios	1.006,8	1.117,0	-1.382,6
. Provisões Benefícios Pós-emprego	-142,9	-157,6	-136,1
Outras Despesas Administrativas	-825,0	-825,5	-901,3
Despesas Tributárias	-215,2	-218,8	-236,6
Outras Receitas Operacionais	1.431,6	1.377,7	1.645,3
Outras Despesas Operacionais	1.301,4	1.143,1	-999,3
(=) RESULTADO OPERACIONAL	562,0	551,2	1.131,8
(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	3,3	5,1	5,6
(=) RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	565,3	556,3	1.137,4
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	320,8	-166,5	-299,4
. Provisão para Imposto de Renda	-259,0	-140,7	-113,2
. Provisão para Contribuição Social	-163,3	-89,8	-73,0
. Ativo Fiscal Diferido	743,0	64,0	-113,2
(-) PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-65,6	-29,4	-90,6
(=) LUCRO LÍQUIDO	820,5	360,4	747,4

1) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2013 em relação a 2012

O lucro líquido de 2013 importou em R\$ 360,4 milhões, montante 29% inferior ao apresentado em 2012 (R\$ 508,4 milhões) e 56% inferior ao lucro ajustado às disposições da Deliberação CVM-695 sobre Benefícios a Empregados. Referido normativo passou a vigorar a partir de 01.01.2013, porém, por força do Pronunciamento Contábil CPC 23, teve seus efeitos calculados para fins de reapresentação do Balanço onde se apresenta um lucro líquido de R\$ 820,5 milhões em 31.12.2012. O lucro líquido por ação que em 31.12.2012, era R\$ 5,84, passou para R\$ 4,14 em 31.12.2013.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira registrou uma redução de 16,72% no período, decorrente, de modo relevante, pelo reconhecimento, em 2012, de receitas de operações de crédito da atualização do

IGP-M sobre o saldo devedor das operações de crédito rural renegociadas com base na Resolução do CMN nº 2471, de 26.02.1998, no montante de R\$ 347,4 milhões.

As Despesas de Pessoal sofreram elevação, principalmente em função do aumento no item “Proventos, Encargos e Benefícios”, em razão do impacto do acordo salarial com aumento de 8%, referente a setembro de 2013 e admissão de 388 novos funcionários em 2013.

Em Outras Despesas Operacionais foi reconhecida a importância de R\$ 140.977, decorrente de recálculo de del credere incidente sobre a contratação de operações de crédito do Fundo e de taxa de administração paga ao Banco pelo FNE, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União que entendeu, em fiscalização anterior concluída em 2013, merecer ajuste a metodologia de cálculo utilizada pelo Banco, para o del credere e para a taxa de administração.

2) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2014 em relação a 2013

O lucro líquido de 2014 importou em R\$ 747,4 milhões, montante 107,4% superior ao apresentado em 2013 (R\$ 360,4). O lucro líquido por ação que em 31.12.2013, era R\$ 4,14, passou para R\$ 8,65 em 31.12.2014.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira registrou uma elevação de 26,0% no período, decorrente, de modo relevante, de rendas de Letras Financeiras do Tesouro e pela redução de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As Despesas de Pessoal sofreram elevação, principalmente em função do aumento no item “Proventos, Encargos e Benefícios”, em razão do impacto do acordo salarial (reajuste de 9% sobre a remuneração dos cargos e 8,5% sobre a remuneração das funções em comissão), referente a setembro de 2014 e admissão de 867 novos funcionários em 2014. Some-se a isso, o impacto do Plano de Incentivo ao Desligamento - PID, instituído em Fev/2014, que representou despesas de R\$ 107,5 milhões em 2014.

Em Outras Receitas Operacionais, destacamos a elevação de rendas de Del Credere de fundos públicos administrados pelo Banco, em função do crescimento dos saldos das aplicações com risco para o Banco e a reversão de despesas com Plano Natural da Camed decorrente da saída dos genitores de Ativos e Aposentados, observando as disposições da Deliberação CVM nº 695/12.

Foi registrada uma redução em Outras Despesas Operacionais da ordem de R\$ 143,8 milhões em função da melhoria da qualidade do risco da carteira de crédito com recursos do FNE, reduzindo as despesas com o passivo contingente.

10.2.a. resultados das operações, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os componentes de receita e fatores importantes que afetaram materialmente os resultados operacionais são os comentados nos itens anteriores.

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

a) Rendas de Operações de Crédito – O volume de receitas de 2014 foi 1,8% inferior ao apresentado em 2013. Contribuíram decisivamente para esse decréscimo as receitas decorrentes de:

- i.** Rendas de Financiamentos Rurais, as quais tiveram decréscimo de 14,4% em relação ao exercício de 2013 (R\$ 134,1 milhões em 2014, contra R\$ 156,6 milhões em 2013), em decorrência, principalmente, da variação negativa do IGP-M nos meses de maio, julho e

agosto de 2014, incidente sobre as operações renegociadas com base na Resolução do CMN nº 2.471, de 26.02.1998;

- ii. Operações de Infraestrutura e Desenvolvimento, cujas receitas cresceram 3,9% (R\$ 268,5 milhões em 2014, contra R\$ 258,3 milhões em 2013); explicado, principalmente, pelo incremento da carteira ao longo de 2014, na comparação com 2013, em decorrência de desembolsos ocorridos no período, apesar da variação cambial de 2014 ter sido inferior a de 2013, 13,40% e 14,62%, respectivamente;
- iii. Rendas de Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal, cujas receitas diminuíram 11,4% (R\$ 56,9 milhões em 2014, contra R\$ 64,2 milhões em 2013); esta redução é explicada, principalmente, pelo comportamento do IGP-M, moeda que indexa as operações da espécie, que apresentou uma variação positiva de 5,22% em 2014, contra uma variação também positiva em 2013 de 5,53%;
- iv. Rendas de Empréstimos, que apresentou um acréscimo de 9,3%, totalizando R\$ 936,7 milhões em 2014, contra R\$ 857,1 milhões em 2013, com destaque as rendas de Operações de Microfinanças Urbana, Capital de Giro e CDC, em função do aumento das carteiras. Por outro lado, foi registrada redução nas rendas das operações de Conta Garantida e de Aquisição de Direitos Creditórios em função da retração das carteiras.
- v. Operações em moeda estrangeira, cujas rendas apresentaram um crescimento de 81,1% (R\$ 65,2 milhões em 2014 contra R\$ 36,0 milhões em 2013), explicado, basicamente, pelo incremento da carteira;
- vi. Em contrapartida, em 2013, ocorreu redução em "Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo", de 48,5% (R\$ 122,8 milhões em 2014 contra R\$ 238,7 milhões em 2013); e
- vii. Ressalta-se que em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13/07/2006, nº 11.775, de 17/09/2008 e nº 12.249, de 11/06/2010, e nº 12.716, de 21/09/2012, as quais dispõem sobre renegociação e remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural, teve como consequência, além dos efeitos em provisões de crédito, os seguintes impactos: Efetivação de Rendas no valor de R\$ 38,2 milhões (R\$ 50,9 milhões em 2013); Recuperação de Créditos Baixados do Ativo no valor R\$ 20,4 milhões (R\$ 23,2 milhões em 2013); e Despesas com Deságios no valor de R\$ 4,7 milhões (R\$ 7,1 milhões em 2012).

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários – O resultado de operações com títulos e valores mobiliários, em 2014, foi de R\$ 2.243,3 milhões, apresentando um acréscimo de 42,7% quando comparado a 2013. Esse resultado pode ser atribuído, predominantemente, a dois fatores: ao aumento do saldo médio dessa carteira (considerando posições de final de mês) da ordem de R\$ 2.540,8 milhões de 2013 para 2014; e do aumento da taxa SELIC que durante 2013 oscilou entre 7,5% e 10% a.a., enquanto que em 2014 a oscilação ficou entre 10% e 11,25% a.a.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos – O resultado apresentado nesta rubrica passou de R\$ 108,8 milhões em 2013 para R\$ 103,5 milhões em 2014, ou seja, uma variação negativa de R\$ 5,3 milhões decorrente da elevação nas taxas utilizadas na marcação a mercado das operações de swap cambial, bem como da alteração na metodologia de cálculo do valor de mercado em 31.12.2014. Destaca-se que as operações de derivativos são utilizadas exclusivamente para fins de hedge.

d) Resultado de Operações de Câmbio – O crescimento de 5,1% verificado neste grupamento foi resultado principalmente da variação cambial positiva verificada na carteira de câmbio da ordem de R\$ 90,5 milhões em 2014.

e) Resultado de Aplicações Compulsórias – A elevação em 81,0% (R\$ 16,2 milhões) no resultado decorreu, especialmente, pela reversão de provisão sobre os Créditos Vinculados ao FCVS e pelas rendas de Créditos Vinculados ao Bacen, em função de: i) Elevação nas alíquotas de recolhimento

com base no disposto na Resolução CMN nº 4.097, de 28/06/2012; ii) Crescimento médio de 8,6% do Valor Sujeito a Recolhimento – VSR da captação de poupança; iii) Incidência de melhor remuneração sobre os recursos recolhidos, face a manutenção, durante todo o ano de 2014, da taxa SELIC em percentual superior a 8,5% a.a. (Lei nº 12.703, de 07/08/2012)

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

O impacto no resultado operacional do Banco decorrente de oscilações nas taxas de juros e inflação é inerente à atividade bancária. Os efeitos permeiam toda a Demonstração de Resultados da Instituição. Dessa forma, apresentamos o que as variações do IGP-M (índice de preços) e a cambial acarretaram em nossas receitas e despesas, por serem os itens mais relevantes.

A variação do IGP-M foi positiva de 5,22% em 2014 contra uma variação positiva de 5,53% em 2013. O ativo do Banco indexado ao IGP-M corresponde às operações refinanciadas com o Governo Federal, de acordo com a Lei 8.727, de 5.11.1993, bem como às operações de crédito renegociadas com base na Resolução CMN nº 2471, de 26.02.1998.

QUADRO 11 - OPERAÇÕES INDEXADAS ÀS VARIAÇÕES DO IGP-M

Em R\$ milhões

Operações Refinanciadas com o Governo Federal	2012	2013	2014
Saldos em 31.12	444	384	405
Receitas do exercício	82	64	57
Operações Renegociadas com base na Res. 2471	2012	2013	2014
Saldos em 31.12	1.365	1.439	1.483
Receitas do exercício	454	128	105

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição cambial limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central e pela Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco.

O descasamento cambial, marcado a mercado, é apurado diariamente e apresenta os valores do quadro abaixo. A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

QUADRO 12 – EXPOSIÇÕES CAMBIAIS

Em R\$ mil

Especificação	31.12.2014	31.12.2013	Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<i>Disponibilidades</i>	38.002	2.787	<i>Depósitos</i>	10.032	17.696
<i>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</i>	-	46.764	<i>Relações Interdependências</i>	9.235	5.399
<i>Operações de Crédito</i>	807.610	804.445	<i>Obrigações por Empréstimos</i>	76.219	73.237
<i>Outros Créditos</i>	1.094.875	768.343	<i>Obrigações por Empréstimos</i>	2.499.764	2.324.175
			<i>Outras Obrigações</i>	1.068.149	767.864
Total de Ativos em Moedas	1.940.487	1.622.339	Total de Passivos em Moedas	3.613.399	3.188.371
<i>Operações de Swap</i>	1.614.720	1.476.037	<i>Operações de Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	3.555.207	3.098.376	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.613.399	3.188.371

A variação do dólar norte americano que gera efeitos sobre os ativos e passivos do Banco, apresentou o seguinte comportamento: a) 13,4% em 2014; b) 14,6% em 2013; e c) 8,94% em 2012. A variação cambial no período total não gerou impactos relevantes, visto que os mesmos foram absorvidos de forma equivalentes nas operações ativas e passivas.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional**
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**
- c. eventos ou operações não usuais**

O Banco do Nordeste do Brasil S/A não tem previsão de introdução ou alienação de segmento operacional; constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central. Os contratos têm prazo indeterminado e preveem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei 7.827, de 27.09.1989.

QUADRO 13 – DÍVIDAS SUBORDINADAS ELEGÍVEIS A CAPITAL

Em R\$ mil

Especificação	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
<i>Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE</i>	1.332.382	1.455.982	1.605.288
<i>Recursos disponíveis</i>	433.857	709.475	923.752
<i>Recursos aplicados</i>	898.525	746.507	681.536
TOTAL	1.332.382	1.455.982	1.605.288

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26 de novembro 2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado e não possui data de vencimento.

QUADRO 14 – INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA

Em R\$ mil

Especificações	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data de Captação	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
<i>Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida</i>	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.202.392	1.272.581	1.356.540

10. 4. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e pela Comissão de Valores Mobiliários, nos últimos 3 exercícios foram:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN); e
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012).

10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A entrada em vigor da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, a partir de janeiro de 2013, proporcionou mudança de prática na contabilização dos benefícios pós-emprego, tendo em vista que os valores correspondentes ao custo do serviço corrente e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo são reconhecidos no Resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido do passivo, são reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

Considerando que o Banco reconhecia, no Resultado, todos os ganhos e perdas atuariais desde 2010, não houve necessidade de realizar cálculos retrospectivos a 31.12.2011, para fins de adoção das disposições da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 2012, o relatório dos auditores independentes foi emitido sem ressalvas ou ênfases.

Em 2013 o relatório dos auditores independentes foi emitido com parágrafo informativo de ênfase, conforme a seguir:

“Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3I), em decorrência da mudança de política contábil, com a aplicação da norma revisada CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, aprovada pelo CPC (Comitê de

Pronunciamentos Contábeis), os valores correspondentes relativos ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. ”

O Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, de 06 de fevereiro de 2015, sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014, foi emitido sem ressalvas ou ênfases.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “pro rata temporis”.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de swap, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de swap são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio de Senior Unsecured Notes de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de swap) para proteção total (Hedge de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de hedge também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de hedge é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vencer ou é

vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de hedge accounting, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de hedge compensa as variações no valor de mercado do item objeto de hedge, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de hedge estão divulgados nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis são compostos pelos desembolsos para aquisição de direitos de software que, no momento, encontra-se em fase de implantação e terão sua vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e serão amortizados linearmente. Quando aplicável, serão ajustados por perdas por redução ao valor recuperável (impairment)

k) Tributos

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de hedge.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, plano de assistência médica, do tipo “benefício definido” e seguro de vida em grupo, do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e na Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

p) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, quanto:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las;**
- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

10.6.a *O Sistema de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilares as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; elevado grau de compromisso de seus quadros em atuar com competência e com ampla transparência; estrutura organizacional que garante a segregação de funções e possibilita adequada delegação de autoridade e atribuições; e as políticas e práticas de gestão dos riscos.*

Os objetivos do Sistema de Controles Internos no Banco do Nordeste são:

- a) manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites compatíveis com as políticas de gestão de riscos aprovadas;*
- b) atestar a conformidade legal normativa dos processos, produtos, serviços e sistemas;*
- c) monitorar o fluxo de informações para garantir a qualidade requerida pelo processo de tomada de decisão, de desenvolvimento das atividades internas, de acompanhamento dos resultados organizacionais, de fiscalização e de prestação de contas; e*
- d) contribuir para a melhoria do desempenho operacional das equipes de trabalho.*

A Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, auxiliado pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna, juntamente com o Conselho Fiscal, constituem a esfera superior da estrutura organizacional do Sistema de Controles Internos.

No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor do Sistema de Controles Internos, tendo o Diretor de Controle e Risco como responsável perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos e controles internos.

Os comitês de decisão e ou avaliação são componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados para diversas naturezas de assuntos, a saber:

- a) Comitê de Despesas e de Investimentos (CODIN)*
- b) Comitê de Gestão da Continuidade dos Negócios;*
- c) Comitê de Investimento de Tesouraria (COMIT);*
- d) Comitê Disciplinar Superior (CODIS);*
- e) Comitê Gestor da Unidade (COGES);*
- f) Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (COTEC).*
- g) Comitê Gestor do Programa de Ação;*
- h) Comitê de Investimento de Recursos de Terceiros;*
- i) Comitê de Segurança Corporativa (COSEG);*

- j) Comitê de Produtos;
- k) Comitê Disciplinar (COMID); e
- l) Comitê Corporativo de Gestão de Riscos.

Soma-se a estes Comitês a Comissão de Ética do Banco do Nordeste que tem como atribuição divulgar e implementar o Código de Conduta Ética e de representar o cidadão (cliente) dentro do ambiente empresarial, atuando inclusive mediando conflitos e na melhoria dos processos internos da empresa, a partir das demandas dos clientes.

A execução operacional do Sistema de Controles Internos, observando o princípio da segregação de funções, reserva a responsabilidade de desenvolvimento e implementação dos modelos de gestão e monitoramento dos controles internos ao Ambiente de Controles Internos, inserido na Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, constituída também pelo Ambiente de Segurança Corporativa e pelo Ambiente de Gestão de Riscos. A ação integrada dos três Ambientes permite melhor abordagem de gerenciamento de riscos e controles nas frentes de trabalho.

A segregação de funções se aplica a diversas outras atividades, com o intuito de atender aos princípios e boas práticas de governança corporativa e às exigências da regulação, sem prejuízo da integração dos processos, cabendo, nesse sentido, destacar que:

- a) a gestão dos recursos de terceiros encontra-se totalmente apartada das ações de gerenciamento dos recursos do Banco;*
- b) as atividades de controle de operações de crédito são desenvolvidas em ambiente distinto e independente da área negocial;*
- c) as funções de avaliação de risco são segregadas daquelas afetas à concessão do crédito;*
- d) a elaboração e renovação dos cadastros dos clientes bem como instrução das propostas de concessão e de renegociação de créditos são apartadas da área de negócios;*
- e) as atividades de tesouraria do Banco estão separadas das atividades de gestão de Fundos de Investimento; e*
- f) as atividades de criação de modelos e métodos para gestão dos riscos de crédito, de mercado e liquidez, e operacional estão separadas das atividades de gestão dos negócios.*

Nesse mister, destacamos a existência de estruturas operacionais que dão o suporte necessário para o fortalecimento do Sistema de Controles Internos do Banco do Nordeste:

1. Centrais de Crédito - ao todo 25 Centrais de Crédito divididas da seguinte forma:

- a) 01 Central de Crédito – Clientes de Grande Porte, situada no Ceará centralizando o atendimento de clientes classificados nessa categoria;*
- b) 10 Centrais de Crédito – PRONAF;*
- c) 04 Centrais de Crédito – Clientes de Varejo;*
- d) 04 Centrais de Crédito – Clientes de Médio Porte; e*
- e) 06 Centrais de Crédito – Clientes de Varejo e Médio Porte.*

2. Central de Cadastro - contemplando a centralização do processo de cadastramento de clientes de todas as Agências. Destacamos, pela centralização do processo de cadastro, a consistência das informações cadastrais em face das inovações tecnológicas e processuais e a redução dos riscos operacionais, em face da verificação de conformidade em todos os cadastros.

3. Centrais Regionais de Controles Internos que certificam a conformidade, conforme regras de negócio aprovadas, de processos, produtos e serviços do Banco, realizados nas agências e na Direção Geral.

Outrossim, as atividades de controladoria e de contabilidade também estão segregadas, possibilitando melhor definição quanto ao exercício das funções de controladoria, planejamento tributário e orçamento, bem como melhor adequação das atividades referentes à gestão contábil financeira dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

A Superintendência de Controle Financeiro reporta-se ao Diretor de Controle e Risco, o que permite aumentar a integração de ações e sinergia com a Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos.

Integra ainda o Sistema de Controles Internos o conjunto de normas e procedimentos documentados, que servem à formalização de decisões e atos administrativos e ou orientação para a execução das atividades nos diferentes níveis da organização e que estão disponíveis ao amplo acesso dos empregados e colaboradores internos. Também citamos a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança, que contempla as orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, do Controle Interno e da Segurança Corporativa, disponível na Intranet para todos os colaboradores do Banco do Nordeste.

O Ambiente de Gestão de Riscos realiza, mensalmente, controle sistemático de registro, qualificação e análise das perdas operacionais, visando à mitigação dos riscos operacionais, bem como avaliação das 100 maiores expectativas de aprovisionamentos, para corrigir, antecipadamente erros, falhas e omissões em procedimentos operacionais e evitar a efetivação de provisões diversas daquelas relacionadas com atrasos de pagamento.

O Ambiente de Segurança Corporativa define e monitora controles internos orientados para mitigação de riscos relativos à Segurança da Informação, Bancária, Patrimonial e de Pessoas, incluindo o gerenciamento do sistema de informações que trata da Prevenção à Lavagem de Dinheiro - PLD, pesquisa e análise de ocorrências atípicas em outros sistemas corporativos e parecer em fraudes bancárias, buscando identificar os aspectos de vulnerabilidade e sugerindo a mitigação dos riscos a serem tratados pelos gestores dos processos.

O Comitê de Segurança Corporativa – COSEG, órgão deliberativo do Banco do Nordeste, tem como função básica apreciar os aspectos relacionados às disciplinas de Segurança, sendo a pauta a ser analisada, a secretaria das reuniões e o acompanhamento das deliberações exercidas pelo Ambiente de Segurança Corporativa.

Os Grupos de Resposta a Incidentes de Segurança - GRIS (Bancário e Lógico) acompanham as situações de risco operacional, oferecendo o tratamento adequado a cada caso e prevenindo as situações que comprometem o correto funcionamento dos recursos tecnológicos, a segurança dos colaboradores e ativos patrimoniais, assegurando, dessa forma, a continuidade dos negócios nas unidades.

Ademais, durante o ano de 2014, destacam-se ações realizadas pelas novas Centrais Regionais de Controles Internos, vinculadas ao Ambiente de Controles Internos, que realizaram certificação de conformidade, principalmente, em operações de crédito, cadastros, propostas de renegociação de dívidas, desembolsos, contas correntes e termo de adesão. Nas atividades executadas pelas Agências, foram certificados localmente os seguintes processos: administração de crédito, pagamento a fornecedores, gerenciamento de tributos, controle financeiro de operações, gerenciamento de contratos de aquisição de bens e serviços, identificação de clientes, operacionalização de produtos de seguridade, operacionalização de serviços bancários, gerenciamento de atividades de tesouraria, gerenciamento de segurança corporativa e concessão de crédito.

Acrescente-se ainda, as atividades de Pinçamento de Operações, Monitoramento de Eventos em Regras de Negócio e apuração do Rating das Agências e Superintendências Estaduais realizadas pelo Ambiente de Controles Internos.

Diante de todo o exposto, considera-se que os controles internos do Banco apresentam-se como satisfatórios, contemplando, inclusive, grande parte das boas práticas e requisitos de Governança Corporativa adotados pelo mercado e indicados por órgãos reguladores e fiscalizadores.

10.6.b *Em 30 de junho de 2014, os auditores independentes emitiram relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, elaborado em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras.*

Para cada uma das deficiências e recomendações constantes do citado relatório, as unidades internas responsáveis pelos processos envolvidos elaboraram um plano de ação, contendo suas respectivas datas de

conclusão. Citados planos são acompanhados pela Auditoria Interna do BNB, que municia os colegiados estatutários acerca do seu cumprimento, de forma que as recomendações efetuadas e o cumprimento dos planos de ação elaborados sejam de conhecimento da alta gestão da empresa.

Destaca-se que o BNB deposita atenção especial para o cumprimento, nos prazos acordados, dos planos de ação desenvolvidos para o cumprimento das recomendações oriundas dos órgãos de controle e fiscalização e auditoria externa.

10.7. Caso tenha sido feita oferta pública de distribuição de valores mobiliários:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. contratos de construção não terminada**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Todos os itens considerados relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., não havendo, portanto, itens relevantes a serem apresentados.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicados no item 10.8:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em decorrência da operação**

Como informado no item 10.8 deste comentário, não existem itens relevantes a serem apresentados, e, como consequência, não há o que se comentar.

10.10. Principais elementos do plano de negócios:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Dentro do que preceitua o planejamento estratégico da instituição, foram realizados vários projetos para criar condições de infraestrutura física e tecnológica com vistas ao crescimento dos negócios do banco, dos quais é possível destacar os que se seguem:

- **Cartão agronegócio: desenvolvida a renovação automática, que proporcionou maior flexibilidade e comodidade ao produtor rural para a aquisição dos insumos financiados;**

- *Crédito Direto ao Consumidor (CDC): foi disponibilizado nos terminais de autoatendimento, ampliando o canal de concessão do CDC e propiciando agilidade no atendimento desse serviço;*
- *Cartão BNDES: liberação e controle de compras efetuadas com Cartão BNDES;*
- *Benefícios INSS: implantação de funcionalidades relacionadas às informações do INSS nos terminais de autoatendimento, revalidações de senhas e alterações de endereço dos beneficiários;*
- Como parte do processo de modernização da infraestrutura de TI do Banco do Nordeste, destacam-se as seguintes aquisições:
 - 250 microcomputadores servidores distribuídos nas unidades do Banco do Nordeste;
 - 300 totens (equipamentos que emitem emissão e controle de senhas de atendimento);
 - 8.767 equipamentos desktop para as agências;
 - 256 terminais de autoatendimento, em substituição aos antigos;
 - Ampliação de 50% da capacidade de transmissão do link de acesso à Internet;
 - Modernização da rede de comunicação de dados
- *Além da modernização tecnológica, ocorreu a contratação da solução de gerenciamento de disponibilidade e capacidade dos serviços de TI, com o propósito de melhorar a monitoração e propiciar ações proativas para mitigação de indisponibilidades dos sistemas e serviços de TI.*
- O Programa de Modernização de Agências do Banco do Nordeste está inserido na Ação “Manutenção da Infraestrutura de Atendimento” do Governo Federal. É um processo sistemático, que teve prosseguimento no ano de 2014, conforme definido no Programa de Dispêndios Globais – PDG e visa recuperar e revitalizar os imóveis de uso do Banco do Nordeste, muitos deles com mais de trinta anos de vida útil, e cujas instalações físicas estão obsoletas e tecnologicamente defasadas. O programa prevê intervenções nos sistemas de instalações elétricas, iluminação, cabeamento estruturado, condicionamento de ar, segurança predial, instalações hidrossanitárias, acabamentos e revestimentos, coberta, áreas externas, fachadas, leiaute, mobiliário, comunicação visual e ambientação, caracterizando uma completa renovação das agências e promovendo também uma padronização visual das unidades e sua adequação ao Modelo de Agências. É o que tem sido definido pelo mercado como “Retrofit”, ou seja, adequação de instalações físicas antigas aos novos usos e tecnologias. Nesse aspecto o Banco, estabeleceu a realização de intervenções de reforma em 42 agências, das quais 10 foram executadas e concluídas, devendo ser dada continuidade em 2015.
- Quanto à Manutenção e Adequação de Bens móveis, trata-se de uma ação que contempla a substituição do mobiliário das agências e demais unidades do Banco, processo que ocorre em paralelo com a modernização das instalações prediais. Contempla também a disponibilização e substituição de equipamentos tais como elevadores, plataformas elevatórias, grupos geradores, no breaks, estabilizadores e sistemas de ar condicionado. Em 2014 foram realizadas diversas intervenções de pequeno, médio e grande porte, relacionadas à reforma parcial, execução e ajuste de leiautes, sistemas de suprimento de energia, instalação de elevadores e plataformas elevatórias e intervenções em sistemas de condicionamento de ar.
- No ano de 2014, um total de 16 unidades sofreu algum tipo de intervenção, no sentido de buscar uma redução no valor de suas contas de energia, seja pela adequação da demanda contratada, aplicação da melhor modalidade tarifária, ou correção do fator de potência.
- Dentre as intervenções citadas, destacamos as realizadas em diversas Agências, em vários Estados, relacionadas ao atendimento de exigências legais associadas à segurança no atendimento dos clientes (instalação de divisórias e biombos de privacidade), bem com relacionadas ao atendimento de pessoas com deficiência (instalação de sanitários adaptados adicionais, mobiliário específico, elevadores e plataformas elevatórias).
- Por fim, destacamos as intervenções realizadas no âmbito da ação “Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos”, a qual corresponde aos investimentos em móveis e

equipamentos, segurança, veículos e comunicações para a Direção Geral. Ressaltamos, nesse quesito, a continuidade dos ajustes no leiaute da Direção Geral – CAPGV, resultante da ampla reestruturação organizacional promovida pela Diretoria Executiva em 2013.

- No ano de 2014, o Banco do Nordeste instalou 64 novas agências, conforme relação abaixo:

AL	CORURIBE	CE	ACARAÚ	PB	BAYEUX
AL	DELMIRO GOUVEIA	CE	AQUIRAZ	PB	CABEDELO
AL	MARAGOGI	CE	CAUCAIA	PB	PICUI
AL	RIO LARGO	CE	EUSÉBIO	PB	ARCOVERDE
BA	ARACI	CE	FORTALEZA BNB CLUBE	PB	BELO JARDIM
BA	BARRA DA ESTIVA	CE	FORTALEZA SANTOS DUMONT	PB	BOM CONSELHO
BA	CAMPO FORMOSO	CE	HORIZONTE	PB	CABO DE SANTO AGOSTINHO
BA	CANDEIAS	CE	JUAZEIRO DO NORTE	PB	ESCADA
BA	CASA NOVA	CE	MARANGUAPE	PB	GRAVATÁ
BA	CATU	CE	RUSSAS	PB	IGARASSU
BA	DIAS D'AVILA	CE	SANTA QUITÉRIA	PB	LIMOEIRO
BA	EUCLIDES DA CUNHA	CE	VICOSA DO CEARA	PB	MORENO
BA	IBOTIRAMA	ES	VITÓRIA	PB	PETROLINA
BA	IPIRA	MA	BARREIRINHAS	PB	RECIFE CASA FORTE
BA	JAGUAQUARA	MA	COLINAS	PB	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
BA	MONTE SANTO	MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	PB	SAO BENTO DO UNA
BA	SANTO AMARO	MA	ITAPECURU MIRIM	PB	SAO LOURENCO DA MATA
BA	SERRINHA	MA	PACO DO LUMIAR	RN	JOAO CAMARA
BA	TUCANO	MA	S. JOÃO DOS PATOS	RN	MACAIBA
BA	XIQUE-XIQUE	MA	TUTOIA	RN	SAO GONCALO DO AMARANTE
		MA	VIANA	RN	UMARIZAL
		MG	SAO FRANCISCO	SE	ITABAIANA LUIZ MAGALHÃES

- Para o ano de 2015, estão previstas mais 30 agências, já aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco do Nordeste.
- Com relação a investimentos na área de Segurança, foram adquiridos recursos para suprir as novas agências e as reformadas, visando aprimorar a segurança física e patrimonial, a exemplo de portas detectoras de metal, cofres blindados e sistemas de alarme e de gravação de imagens, bem como disponibilizados recursos de segurança para proteção da rede de dados corporativa, envolvendo, principalmente, aquisição de soluções cujos objetivos incluem: (i) controlar e restringir acesso simultâneo à rede corporativa, (ii) analisar e filtrar entrada de conteúdo indevido oriundo da Internet, (iii) detectar e prevenir disseminação de software malicioso (proteção contra malware), (iv) controlar e restringir disseminação de mensagens indevidas, como boatos, propagandas, e ou orientadas a fraudes, (v) proteger fluxo de acesso à Internet, e (vi) analisar e corrigir vulnerabilidades em ativos de informação do Banco do Nordeste.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2014 foram alienados 11 imóveis de propriedade do Banco.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva**

Como parte do processo de modernização de seus sistemas, o Banco do Nordeste adquiriu e encontra-se em processo de implantação o software integrado de gestão empresarial baseado em ERP-Enterprise Resource Planning, da empresa SAP. Essa solução fornecerá apoio à gestão do Banco na operacionalização dos processos administrativos nos níveis operacional, tático e estratégico.

- c. novos produtos e serviços, indicando:**

- a. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- b. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- c. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- d. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

O Banco do Nordeste realiza investimentos permanentes no desenvolvimento e melhoria de seus produtos e serviços.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens

Todos os fatos considerados relevantes ou que merecessem destaque foram anteriormente elencados e comentados.

Fortaleza, 29 de janeiro de 2015

DIRETORIA: *Nelson Antonio de Souza (Presidente) – Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Isaias Matos Dantas (Diretor de Administração e Tecnologia da Informação) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor Financeiro e de Crédito).*